

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Borges da Cunha

**O Encontro Nacional de Educação (ENE): a articulação entre atores sociais para
disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil**

Porto Alegre

2017

Gabriel Borges da Cunha

**O Encontro Nacional de Educação (ENE): a articulação entre atores sociais para
disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Estudos Organizacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Sueli Goulart

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Sueli Goulart pela competente orientação durante este trabalho, sempre dedica e atenciosa. Aos professores Rafael Kruter Flores, Fábio Bittencourt Meira e à professora Maristela da Silva Souza pelas leituras dedicadas e contribuições a este trabalho.

Ao corpo docente e técnico-administrativo da UFRGS pelo trabalho e atenção.

Aos integrantes do ENE que responderam à pesquisa e também aos envolvidos com o Encontro no RS que tão bem me receberam durante as reuniões.

Aos meus pais, irmãos e demais familiares por me apoiarem incondicionalmente ao longo de toda a vida.

À minha companheira Francine, por todo amor, compreensão e apoio incondicional.

Aos amigos, amigas e demais colegas de pós-graduação por todas as risadas, alegrias, discussões e reflexões ao longo do curso.

A todos e todas que lutam em defesa da educação pública brasileira

CIP – Catalogação na Publicação

Cunha, Gabriel Borges da

O Encontro Nacional de Educação (ENE): a articulação entre atores sociais para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil / Gabriel Borges da Cunha. -- 2017.

98 f.

Orientador: Sueli Goulart.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Educação. 2. Encontro Nacional de Educação. 3. Jogo Social. 4. Sujeito Sociopolítico. 5. Poder. I. Goulart, Sueli, orient. II. Título.

A nossa luta unificou, é estudante junto com trabalhador!
(Uma das palavras de ordem manifestadas pelas diferentes entidades e organizações durante o II ENE)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar de que modo a articulação entre os atores sociais envolvidos no Encontro Nacional de Educação (ENE) contribui para a constituição de um sujeito sociopolítico para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil. Para realizar este estudo, aproximei-me do grupo que construiu as etapas do RS e de POA frequentando, no período de março de 2016 a maio de 2017, reuniões e trabalho na realização dessas duas etapas no mês de abril de 2016. Posteriormente, participei da etapa nacional do Encontro realizada entre os dias 16 e 18 de junho de 2016 na cidade Brasília - DF. Para realizar a análise proposta neste estudo, busquei na Teoria da Produção Social, elaborada pelo chileno Carlos Matus, e nas elaborações teóricas da argentina Isabel Rauber, a respeito da articulação entre atores e da constituição do sujeito sociopolítico, os elementos teóricos que pudessem contribuir no atingimento do objetivo deste trabalho. Assim, a articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no ENE para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil foi o caso estudado. Como resultados desta pesquisa, observei que os atores sociais partiram de estratégias interativas predominantemente cooperativas para se articular em torno do ENE na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP). A predominância da cooperação ao interagirem ocorreu porque os atores identificam problemas relacionados, partem de situações em comum e perseguem objetivos semelhantes em relação às políticas educacionais brasileiras. Essa articulação construiu uma unidade de ação de atores articulada nacionalmente e que pode ser fortalecida através da articulação das bases regionais dos atores. Com essa coordenação das ações e manutenção de práticas permanentes de trabalho nacionais e regionais, os atores poderão produzir o projeto de educação que almejam e constituir o sujeito sociopolítico. Esse sujeito atua como uma unidade de ação dos atores orientada pelo projeto produzido, podendo acumular poder e ter, assim, a força necessária para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil.

Palavras-chave: Atores sociais; Jogo Social; Encontro Nacional de Educação; Educação; Sujeito sociopolítico; Poder.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how the articulation among social actors involved in the Encontro Nacional de Educação (ENE) contributes to the constitution of a sociopolitical subject to compete for the production of an education project for Brazil. In order to carry out this study, I approached to the group that built the RS and POA stages, attending meetings between March 2016 and May 2017 and worked on these two stages in April 2016. Later, I participated of the national stage of the Encontro held between June 16 and 18, 2016 in the city of Brasília - DF. In order to carry out the analysis proposed in this study, I sought in the Theory of Social Production, elaborated by the Chilean Carlos Matus, and in the theoretical elaborations of the Argentine Isabel Rauber, regarding the articulation between actors and the constitution of the sociopolitical subject, the theoretical elements that could contribute in the objective of this work. Thus, the articulation produced among the social actors involved in the ENE to dispute the production of an education project for Brazil was the case studied. As a result of this research, I observed that the social actors started from predominantly cooperative interactive strategies to articulate around the ENE in the Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP). The predominance of cooperation while interacting occurred because the actors identify related problems, start from common situations and pursue similar goals in relation to Brazilian educational policies. This articulation has built a unit of action of actors articulated nationally and that can be strengthened through the articulation of the regional bases of the actors. With this coordination of actions and the maintenance of permanent national and regional work practices, the actors will be able to produce the education project that they seek and constitute the sociopolitical subject. This subject acts as a unit of action of the actors oriented by the project produced, being able to accumulate power and thus have the force to dispute the production of an education project for Brazil.

Keywords: Social actors; Social game; Encontro Nacional de Educação; Education; Sociopolitical subject; Power.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABRAES – Associação Brasileira de Empreendedorismo Social

ADUFPA – Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará

ALTADIR – Fundação Alta Direção

ANDE – Associação Nacional de Educação

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES – Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livre

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares

BID – Banco Interamericano de Financiamento

CDP – Código de Personalidade

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNTE – Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONED – Congresso Nacional de Educação

CONEDEP – Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CONSTRUÇÃO – Coletivo Construção

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSP – CONLUTAS – Central Sindical e Popular Conlutas

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

ENE – Encontro Nacional de Educação

ESCOLAG – Projeto da Escola Latino-Americana de Governo

FASUBRA – Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FENET – Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação

FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDAP - Escola de Governo da Fundação de Administração Pública

IES – Instituições de Ensino Superior

ILPES – Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MTTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MUST – Movimento Urbano dos Sem Teto

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organizações não Governamentais

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OPOSIÇÃO UNE – Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PES – Planejamento Estratégico Situacional

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

POA – Porto Alegre

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos

RS – Rio Grande do Sul

RUA – Movimento Rua

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

TPS – Teoria da Produção Social

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

VE – Vetor de Perícia/Experiência

VP – Vetor de Peso

VSC – Vetor de Suporte Cognitivo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Processo de Produção Social	30
Quadro 01 -	Tipos de Estratégia Interativa	32
Figura 02 -	Espaço ético-ideológico de dois atores	32
Figura 03 -	Os cinco elementos de poder de um ator	36
Figura 04 -	Bandeiras de alguns dos atores envolvidos no ENE durante o painel de abertura do II Encontro	61
Figura 05 -	Distribuição dos atores durante a marcha do dia 16/06/2017	68
Figura 06 -	Servidores Públicos Federais 2010 – 2012	74
Figura 07 -	Manifestações após um novo encaminhamento	75
Figura 08 -	Ato realizado em Belém (PA) no Dia Nacional em Defesa da Educação Pública	79

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	JUSTIFICATIVA	26
3.	REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1	A Teoria da Produção Social	28
3.2	A articulação entre Atores Sociais e a Constituição do Sujeito Sociopolítico	37
3.3	Atores Sociais e Sujeito Sociopolítico: Sínteses Possíveis	43
4.	OBJETIVOS	46
4.1	Objetivo Geral	46
4.2	Objetivos Específicos	46
5.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
5.1	Caracterização da Pesquisa	47
5.2	Procedimentos de Coleta e Análise de Dados	48
6.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	52
6.1	Os Atores Sociais envolvidos no ENE	53
6.2	A Articulação entre os Atores Sociais envolvidos no ENE	62
6.3	A Constituição do Sujeito Sociopolítico	72
6.4	A Constituição do Sujeito Sociopolítico e a Acumulação de Poder	83
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	Referências	90
	ANEXO A	96
	ANEXO B	97

1. INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema das políticas de educação no Brasil tem muita relação com a Universidade em que fiz minha graduação e em que trabalho hoje como agente administrativo, bem como com questões relacionadas à minha família. Ao longo da minha trajetória junto à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) identifiquei uma série de problemas que dificultavam o pleno funcionamento da Universidade. Falta de professores e de funcionários, estrutura física inadequada, deficiência das bibliotecas, dentre outros. Mas essas dificuldades não eram somente da Universidade estadual. Ao ouvir os relatos de minha mãe, professora, hoje aposentada, do estado do Rio Grande do Sul (RS), sobre as dificuldades vividas no cotidiano junto ao colégio em que trabalhava, percebi que havia descaso nos diferentes níveis de ensino. Ao mesmo tempo em que via essa falta de recursos para a educação pública estadual, percebia a existência de diversos programas de incentivo ao ensino particular, bem como os diferentes casos de incentivos públicos para empresas privadas por meio de isenções fiscais. Em resumo, para o funcionamento da educação pública, escassez de recursos, para o funcionamento do setor privado, incentivo.

Ingressando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2015, tive contato com o projeto de pesquisa *Ampliação do acesso ao ensino superior público no Brasil: implicações organizacionais* na disciplina de Seminário de Pesquisa em Organizações I. Esse projeto apontou, por meio de diferentes informações, que a demanda pela expansão do ensino superior não é homogênea, resultando assim em disputas que “envolvem aspectos sociais, políticos e organizacionais significativos”. Dessa forma, o projeto se debruçou sobre o seguinte problema de pesquisa: “Quais são e como se cumprem as demandas pela ampliação do acesso ao ensino superior público no Brasil?” (SILVA, 2013, p. 8). O contato com esse material foi o primeiro passo para a aproximação ao tema deste estudo.

Em 2016, com o início do processo de orientação e com o interesse de estudar as políticas relacionadas à educação brasileira, aderi à equipe de trabalho do projeto de pesquisa anterior. Com essa adesão e com o interesse de estudar as políticas da educação brasileira, cheguei ao assunto das disputas de projetos para a educação no Brasil. O estudo desse assunto fez com que eu percebesse a presença de grupos de interesse envolvidos na construção tanto do Plano Nacional de Educação (PNE) quanto na busca de alternativas para a educação

brasileira. A partir disso, e para poder me aprofundar no tema das políticas educacionais brasileiras, tive de estudar as políticas vigentes, aproximando-me assim ao PNE.

O PNE é um dos principais instrumentos de organização da educação brasileira e está previsto no artigo 214 na Constituição Federal de 1988, mas somente em 1996, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), iniciou-se sua construção. A construção do primeiro PNE se deu através de dois diferentes planos: o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira¹ e o PNE proposto pelo Poder Executivo. Essas duas propostas sintetizavam os interesses de diferentes grupos e foram constituídas a partir das interações dos envolvidos na construção de cada uma delas.

O PNE – Proposta da Sociedade Brasileira pretendia construir uma educação diferente da que estava vigente à época. Com esse interesse em comum, uma série de entidades e grupos se articularam em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no I e II Congresso Nacional de Educação (CONED)² e elaboraram o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Os envolvidos nessa construção foram, basicamente, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a Associação Nacional de Educação (ANDE); o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); a Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA); o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) (BOLLMANN, 2010).

O PNE – Proposta da Sociedade Brasileira foi enviado ao Congresso Nacional em fevereiro de 1998. Essa proposta reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a

¹ O documento na íntegra do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>>.

² O primeiro CONED foi realizado entre julho e agosto de 1996 em Belo Horizonte – Minas Gerais, e a segunda edição do Congresso foi realizada também em Belo Horizonte – MG, em novembro de 1997.

democratização da gestão educacional como princípios para a universalização da educação básica. Essas reivindicações eram de caráter audacioso³ e, por consequência, demandavam um aumento no gasto público para a manutenção e ampliação da educação. Para o atendimento desses objetivos, estimou-se que o dispêndio público destinado à educação pública estatal deveria passar de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) – percentual gasto na década de 1990 – para 10% ao fim dos 10 anos do PNE – no ano de 2010 (VALENTE; ROMANO, 2002).

Já o PNE proposto pelo Poder Executivo foi resultado das proposições do governo federal, dos parlamentares e de organizações como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a Associação Brasileira de Empreendedorismo Social (ABRAES) e a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) (BRASIL, 2014a). O PNE proposto pelo Executivo foi encaminhado um dia após o envio do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e tramitou juntamente a esse no Congresso⁴. O PNE encaminhado pelo Executivo fez diagnóstico semelhante ao PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, indicando, por exemplo, a urgente necessidade de expansão do ensino superior. Porém, diferentemente do anterior, esse PNE destacou o importante papel do setor privado nesse e nos demais níveis de ensino e indicou como orientação para o processo de expansão do ensino superior o equilíbrio entre o setor público e o privado. Com isso, o PNE proposto pelo Poder Executivo teve como algumas das suas metas a ampliação do Programa Crédito Educativo⁵ para que contemplasse 15% dos matriculados na rede privada; o apoio e incentivo governamental às Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias sem fins lucrativos; e a institucionalização de um sistema de avaliação que englobasse as redes públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1998).

Após a tramitação no Congresso Nacional, o I PNE foi aprovado em 2001 pela Lei nº 10.172 com vigência prevista para o período de 2001 a 2010, atendendo, predominantemente, as propostas do Poder Executivo (VALENTE; ROMANO, 2002). O documento final

³Dentre as metas do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, pode-se destacar o atendimento pelo sistema público de ensino, após o término da vigência do I PNE: na educação infantil (creche) – 50% da faixa etária; na educação infantil (pré-escola) – 100% da faixa etária; no ensino fundamental – 100% de atendimento; no ensino médio – 100% de atendimento; no ensino superior – 40% de atendimento; na educação de jovens e adultos – atendimento de 20 milhões de pessoas; Para fins de comparação, a distribuição entre dependências administrativas estava da seguinte forma em 1996: na educação infantil (pré-escola) – 76,15% junto à rede pública e 23,85% junto à rede particular; no ensino fundamental – 88,80% junto à rede pública e 11,20% junto à rede particular; no ensino médio – 79,50% junto à rede pública e 20,50% junto à rede particular; e no ensino superior – 35,90% junto à rede pública e 64,10% junto à rede particular (II CONED, 1997).

⁴ O PNE tramitou junto à Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4.155/1998 e junto ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 42/2000.

⁵O Programa Crédito Educativo é um sistema financiamento dos estudos juntos à IES privadas em que o Estado faz o repasse de recursos financeiros às IES e os alunos assumem o compromisso de devolver os valores ao erário após a conclusão do curso. Atualmente, o principal exemplo de crédito educativo no Brasil é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (MENEZES; SANTOS, 2001).

aprovado teve nove subitens vetados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁶. De acordo com De Oliveira Júnior e Beraldo (2003), quatro dos vetos estão relacionados exclusivamente ao ensino superior. O primeiro desses vetos desobrigou o setor público de manter o mínimo de 40% da oferta de vagas no nível superior de ensino, indo assim ao encontro da proposta de expansão desse nível de ensino através da rede particular. O segundo vetou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior que buscava expandir a rede federal de ensino enquanto que o terceiro veto suspendeu a cobertura de, no mínimo, 30% dos matriculados na rede particular de ensino superior em programas de crédito educativo. O quarto veto relacionado ao ensino superior vedou a triplicação, em dez anos, do financiamento público à pesquisa científica tecnológica.

Dentre os vetos que contemplaram tanto o ensino superior quanto os demais níveis de ensino estão a suspensão da destinação do percentual mínimo de 7% do PIB aplicados em educação ao final da vigência do PNE; a vedação da orientação para que os orçamentos das três esferas governamentais destinassem, no prazo de dois anos, valores por aluno que atendessem aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos nacionalmente; a continuidade do pagamento dos aposentados e pensionistas do ensino público federal como gastos de manutenção de desenvolvimento do ensino junto ao recursos do Tesouro Nacional; e a retirada da previsão de criação de planos de carreira dos profissionais das áreas técnica e

⁶ **Item 4.3, subitem 2.** “Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior”; **Item 4.4, subitem 24.** “Assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais”; **Item 4.4, subitem 26.** “Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda”; **Item 4.4, subitem 29.** “Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade”; **Item 11.3, subitem 1.** “Elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano”; **Item 11.3, subitem 7.** “Orientar os orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente”; **Item 11.3, subitem 13.** “Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino”; **Item 10.3, subitem 4.** “Implantar, no prazo de um ano, planos gerais de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa e respectivos níveis de remuneração”; **Item 1.3, subitem 22.** “Ampliar o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, de sorte a atender, nos três primeiros anos deste Plano, a 50% das crianças de 0 a 6 anos que se enquadram nos critérios de seleção da clientela e a 100% até o sexto ano” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

administrativa no prazo de um ano. Por fim, o último dos vetos de FHC ao primeiro PNE referiu-se à educação infantil vetando, assim, a ampliação do Programa de Garantia de Renda Mínima para que esse atendesse a 50% das crianças de zero a seis anos de idade, que se enquadram nos critérios de seleção, nos três primeiros anos do Plano e 100% dessas crianças até o sexto ano de vigência do PNE (DE OLIVEIRA JÚNIOR; BERHALDO, 2003).

Saviani (2004) indica que o PNE aprovado implicava, basicamente, na redução dos gastos públicos bem como na transferência das responsabilidades de investimento e manutenção para os estados, municípios, iniciativa privada e instituições filantrópicas, passando a ser atribuição da União o controle, a avaliação, a direção e apoio técnico e financeiro em caráter subsidiário e complementar.

Aprovado durante o governo de FHC, o I PNE iniciou sua vigência em 2001. Em 2003, ainda sob a vigência do I PNE, teve início o governo de Luis Inácio Lula da Silva, que optou pela manutenção das metas e diretrizes previstas no PNE vigente e se amparou nelas para promover a ampliação do acesso ao ensino. Esse modelo de ampliação contemplou não só instituições públicas, mas também organizações não governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dando assim sequência às práticas adotadas durante o governo de FHC (OLIVEIRA, 2009). Além disso, as ações de ampliação ao acesso ao ensino superior foram marcadas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), que garante o financiamento público a instituições particulares através de renúncia fiscal, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que ampliou as possibilidades de financiamento a estudantes junto às instituições privadas (MISOCZCKY, 2016).

Devido às políticas implementadas ao longo do governo Lula, especialmente às relacionadas à educação, ocorreu, no ano de 2005, a desarticulação do FNDEP por causa do fim dos consensos que giravam em torno da construção do I PNE quando da elaboração do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Enquanto parte dos envolvidos no FNDEP apoiavam as ações do governo, outros grupos – que reivindicavam a exclusividade dos recursos públicos para a educação pública – discordavam das políticas que vinham sendo implantadas e desenvolvidas, uma vez que essas contemplavam a rede privada de ensino, e optaram por se retirar do FNDEP, levando à sua desarticulação. (COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA, JÁ!, 2014).

Para a elaboração do II PNE houve a participação de outros grupos⁷ – além dos que participaram da elaboração do I Plano, através da Conferência Nacional de Educação

⁷ Dentre os novos atores cabe destacar a participação do movimento Todos pela Educação, fundado em 2008, e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA), fundada em 2011. O

(CONAE) realizada em 2010 (BRASIL, 2014a). A CONAE foi constituída por meio da Portaria Ministerial nº 10/2008 (MEC, 2008) e teve sua primeira edição em 2010 precedida por etapas municipais, intermunicipais, estaduais e do Distrito Federal que ocorreram ao longo do ano de 2009. Todas essas etapas debateram o tema central da Conferência: *Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. A CONAE foi realizada de 28 de março a 1º de abril de 2010 em Brasília – Distrito Federal, e contou com a participação de mais de 3.800 pessoas. Nas etapas antecessoras à Conferência Nacional foi encaminhado um documento de referência elaborado pela Comissão Organizadora Nacional da CONAE que serviu de subsídio para a realização das discussões nas diferentes etapas. Com o encerramento da Conferência foi elaborado o documento final que serviu como referência para a elaboração do II PNE (CONAE, 2010).

O diagnóstico apresentado no documento final feito pela CONAE de 2010 apresentou sérias fragilidades e acabou por indicar a manutenção e ampliação das políticas em curso desde o início dos anos 2000. Como indica Lima (2015), não foram mencionados: a) a manutenção dos vetos interpostos por FHC ao I PNE; b) a responsabilização do governo federal como principal responsável pelo processo de expansão da rede privada de ensino através da criação de dispositivos legais recomendados por organismos internacionais; c) a continuidade das práticas de avaliação meramente punitivas e classificatórias das escolas e universidades originadas no governo FHC; e d) a diversificação e diferenciação da educação superior, através das IES privadas e das IES não universitárias, ter sido ampliado após o início do governo Lula.

O desacordo para com o I PNE e a destinação de, aproximadamente, 5,6% do PIB para a educação no ano de 2010 (INEP, 2015) fez com que diferentes entidades ligadas à educação, tais como a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Central Sindical

Todos pela Educação reúne diferentes institutos e fundações privadas que possuem interesse na qualificação da mão-de-obra para o mercado. São mantenedores desse movimento: Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Camargo Correa, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, DPachoal. Entre seus parceiros figuram Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Natura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BRASIL, 2014a). Já a FINEDUCA é uma associação civil de direito privado que não possui fins lucrativos e que busca contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos através de um financiamento adequado e que garanta a fiscalização e o controle social (FINEDUCA, 2015). A rede privada de ensino superior também buscou se articular criando, em 2008, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado reunindo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, a ANUP, a Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades, a Associação Nacional dos Centros Universitários e o Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior – São Paulo. Os grupos privados de educação com capital aberto fundaram a ABRAES (BRASIL, 2014a).

e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS), Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPA, se articulassem e lançassem, em 2011 no estado do Pará, o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!.

O lançamento desse Comitê visou à coordenação de forças a fim de que se pressionasse o governo federal para que fosse investido o percentual de 10% do PIB brasileiro na educação pública. Dessa forma, foi retomada a mobilização dos movimentos sociais que ocorreu durante a construção do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira (ANDES-SN, 2011). O Comitê atuou como um espaço de oposição às metas e diretrizes previstas no PNE tendo publicado um manifesto nacional intitulado de “Por que aplicar 10% do PIB na educação pública”. O manifesto destacou que o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira realizou um profundo diagnóstico da situação da educação brasileira na década de 1990 e apontou a necessidade de que se destinasse 10% do PIB brasileiro para que ocorresse a real universalização do direito à educação. O Congresso Nacional aprovou o valor de 7% do PIB, sendo este percentual vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e mantido o veto pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. Em 2011, o Brasil destinava 5% do seu PIB para educação pública. O argumento do governo para a manutenção desse percentual era de que não existiam recursos; esse argumento foi rechaçado pelo Comitê, tendo em vista que no ano de 2010 o governo repassou aos setores empresariais cerca de R\$144 bilhões na forma de isenções e incentivos fiscais, sendo este valor aproximadamente o necessário para que se chegasse aos 10% do PIB para educação. Além disso, R\$ 44 bilhões foram prometidos para as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas e previu-se um total de R\$ 950 bilhões para o pagamento dos juros e amortização da dívida externa e interna no ano de 2011. O Comitê, a partir desse manifesto, indicou que deveriam ser revistas as prioridades dos gastos públicos para que atendessem os direitos sociais inscritos na Constituição brasileira (Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!, 2011).

O Comitê acabou por se desarticular ao longo do ano de 2012, sendo reorganizado em 2013 por diferentes organizações sociais, estudantis e sindicais com a intenção de organizar o primeiro Encontro Nacional de Educação (ENE). Em março de 2013, foi realizado o 32º Congresso do ANDES-SN na capital do estado do Rio de Janeiro. Dentre as diferentes deliberações elencadas naquele Congresso houve a aprovação, como uma das prioridades, da realização, em 2014, de um encontro nacional ligado à educação que viesse a fortalecer e mobilizar a classe trabalhadora como uma unidade e com o objetivo de ser um contraponto à CONAE 2014 (ANDES-SN, 2013).

A retomada do Comitê em 2013, bem como a realização do plebiscito que votou a destinação de 10% do PIB de forma exclusiva para a educação pública, não surtiu efeito na produção do II PNE tendo este Plano sido elaborado com base no documento oriundo da CONAE de 2010. O Projeto de Lei n 8.035/2010 tramitou junto ao Congresso Nacional por quatro anos e, em 25 de junho de 2014, foi aprovado o II PNE através da Lei nº 13.005 (LIMA, 2015).

Com a intenção de ser um contraponto à II CONAE, que seria realizada no final de 2014, e ao segundo PNE, bem como com o desejo de que fossem retomadas as propostas oriundas do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira foi organizado, a partir do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, o I ENE no período de 8 a 10 de agosto de 2014 (ANDES-SN, 2013). O Encontro teve como princípio a relação trabalho-educação pretendendo, assim, articular a formação geral com a formação técnica, tecnológica e crítica a fim de que se enfrentasse o projeto de educação previsto no II PNE. Essa contraposição articulada seria essencial para que fossem fortalecidos os interesses e as mobilizações da classe trabalhadora contra o PNE vigente (ANDES-SN, 2014c). Ainda no final de 2014, foi realizada a II CONAE novamente na cidade de Brasília – DF. A segunda Conferência ocorreu após a aprovação do II PNE e teve por objetivo realizar a apresentação de propostas para que o novo Plano fosse implementado (CONAE, 2014).

A segunda edição do ENE aconteceu no ano de 2016. Esse encontro desenvolveu suas atividades tendo como orientação a construção de um projeto de educação classista e democrático. Diversas entidades e organizações compuseram o II ENE. Essas entidades e organizações são vinculadas aos diferentes segmentos educacionais e movimentos sociais. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é ligado à educação superior; a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) e a Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes (OPOSIÇÃO–UNE) que são organizações estudantis que representam os diferentes níveis de ensino; o Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), que representa os trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país; e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE). A participação dessa diversidade de entidades e organizações mostra a pluralidade envolvida no Encontro, demonstrando a presença de diferentes níveis educacionais, bem como de grupos de trabalhadores e de estudantes (ENE, 2016a).

O II ENE definiu seis eixos de debate e elaboração de propostas: 1. Acesso e Permanência; 2. Avaliação; 3. Financiamento; 4. Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; 5. Gestão; e 6. Trabalho e Formação Dos/as Trabalhadores da Educação. A declaração política do II ENE foi elaborada após a realização do Encontro. Essa declaração apresentou os problemas identificados relacionados a cada um desses eixos e apontou alternativas e tarefas que deveriam ser construídas pelas entidades e organizações envolvidas no Encontro.

As tarefas previstas na Declaração Política do II ENE apontaram para a necessidade de que seja construída uma ampla unidade entre entidades e organizações em defesa da educação pública. A partir dessa necessidade identificada, considerando a pluralidade de entidades e organizações envolvidas no ENE e para dar sequência às lutas a partir do ENE foi realizada a mudança de nome do Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para Educação Pública, Já!, passando a ser Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) (ENE, 2016a).

A narrativa apresentada anteriormente a respeito da elaboração dos dois PNEs (2001 – 2010; e 2014 – 2024) e da construção do ENE a partir do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! mostrou a presença de conflitos entre as entidades e organizações interessadas em atuar na construção dos dois Planos. Algumas dessas organizações conseguiram incidir na construção dos dois Planos. Outras, que não tinham a mesma força das anteriores e que buscavam construir outra proposta para a educação brasileira, acabaram não conseguindo atuar de forma efetiva na elaboração dos PNEs. Mas, se pode dizer que produziram ou estão tentando produzir avanços organizativos. Tendo se articulado em torno de Encontros (I e II ENE), as entidades e organizações formam agora uma coordenação que, além de construir o ENE, pretende disputar a produção de um projeto de educação como uma unidade de ação.

O cenário brevemente apresentado indica que houve alianças e rupturas entre diferentes entidades e organizações. Uma possibilidade de compreensão da realidade que considere os conflitos, as disputas e as alianças feitas por diferentes organizações que possuem interesse em atuar na produção de fatos na construção das políticas educacionais brasileiras é a proposta da produção social elaborada pelo chileno Carlos Matus. Nessa abordagem, as referidas organizações podem ser consideradas atores sociais que atuam naquilo que Matus (1997; 2005) chama de jogo social. Os atores sociais acumulam força, têm interesses, necessidades e atuam produzindo fatos no jogo. O jogo social é o espaço em que ocorrem as disputas, os conflitos e as cooperações entre os atores sociais que realizam a

produção social. Para Matus (1993, p. 570), o ator social é “uma personalidade, uma organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos na situação”.

Os atores sociais realizam as suas produções de acordo com as situações que identificam. A situação diz respeito à apreciação feita por um ator em relação àquilo que projeta produzir, seja para preservar ou para alterar a realidade em que atua. A situação é tanto um ponto de partida quanto um ponto de chegada. Como ponto de partida, ela serve de estímulo para a ação de mudança ou de conservação do existente; como ponto de chegada, ela é percebida pelo ator social como resultado das produções realizadas anteriormente. A situação apresenta-se assim como uma unidade da realidade, como a totalidade relevante para a ação de cada ator social (MATUS, 1997).

O jogo social é interativo, sendo um espaço de conflito e de cooperação entre atores. A partir dos recursos que possuem, os atores sociais realizam as suas produções que variam de acordo com seus valores e ideologias. “No jogo social, cada participante não joga por si mesmo, cego à ação do outro, mas joga em **interação** com o cooperante e com o adversário”. A ação de um ator não é completa sem a ação anterior e posterior do outro. Por constituir uma associação entre dois ou mais atores, o jogo social faz com que se desenvolvam relações de interesse e relações causais. As relações de interesse ocorrem por que o jogo faz com que certos atores se alinhem conforme os seus objetivos de cooperação e de conflito; já as relações causais se referem à eficácia da ação de um ator. Essa eficácia não depende somente de quem executa a ação, mas também da ação do outro (MATUS, 1996a, p. 14, grifos meus).

Ao interagirem, os atores sociais desenvolvem estratégias. Em Matus (1996a), a estratégia se refere à interação entre dois ou mais atores sociais e diz respeito à forma de solucionar um problema de interação cooperativa ou conflitiva cujos extremos são a cooperação aberta e o confronto aberto. Em Matus (1996a), existem três tipos de estratégia interativa: 1) a Cooperação; 2) a Oposição; e 3) o Confronto Violento. A situação de um ator fará com que ele eleja uma determinada estratégia fazendo com que sejam produzidas determinadas interações entre os atores sociais que disputam o jogo.

A utilização e o desenvolvimento de determinada estratégia se dá em função do estilo político praticado pelo ator em determinada interação. Em Matus (1996a), existem três estilos políticos: a) Gandhi; b) Maquiavel; e c) Chimpanzé. Cada um desses três estilos define as fronteiras daquilo que é e não é permitido, estruturando as normas éticas da conduta dos atores sociais. Os estilos políticos não são definidos pelo ator social preliminarmente; seu uso se dá em função da situação em que o ator irá desenvolver a sua prática política. Além disso,

assim como as estratégias interativas, os estilos políticos são tipos puros, sendo combinados em diferentes proporções pelos atores sociais em interação.

As disputas no jogo social se dão entre os diversos atores que produzem jogadas de acordo com os objetivos que perseguem. A capacidade de produção dos atores refere-se à força que um ator tem. A força é uma acumulação concreta que depende do poder de um ator em um jogo concreto. O poder é uma potencialidade, abrindo espaço para a acumulação de força. O poder é inseparável da dimensão situacional; ele “[...] é *tudo o que pode ser utilizado* contra um adversário, ou para cooperar com um aliado *numa situação concreta*” (MATUS, 1996a, p. 120, grifos do autor).

No jogo social, os atores realizam as suas produções, disputando e interagindo de forma cooperativa com uns e conflitiva com outros. Essa cooperação e oposição não são estanques; dependendo da sua situação um ator social pode cooperar com outro e, a seguir, opor-se a esse. Ainda que essa alternância entre cooperação e oposição ocorra durante o jogo social é possível que determinados atores, que possuam situações em comum, objetivos convergentes e disposição para cooperar construam alianças (MATUS, 2005).

Os atores que interagem cooperativamente produzindo alianças podem articular-se para que atuem como uma unidade. Para Rauber (2001), a articulação entre atores é uma alternativa para fazer com que as lutas desenvolvidas por esses sejam mantidas e ampliadas.

A articulação entre atores sociais não ocorre espontaneamente; para que seja construída, é necessário que os atores estejam empenhados em busca de caminhos que levem a essa direção. Identificar elementos que aproximem os atores, bem como o que leva e o que buscam ao se articularem, possibilitando a participação dos diferentes atores e o direcionamento de ação em relação a um problema central, compartilhado pelos diferentes atores, são ferramentas metodológicas que possibilitam a articulação (RAUBER, 2006).

Quando articulados, os atores sociais podem se constituir como sujeito. Sujeito, para Rauber (2001), é um coletivo de atores que possuem objetivos e situações em comum, possuindo um projeto político de ação e que percebe a articulação como alternativa para a disputa com outros atores. Quando o conjunto de atores articulados vincula-se e pretende atuar junto a um setor específico, o coletivo pode vir a constituir um sujeito sociopolítico. Rauber (2008; 2001) faz uma diferença analítica entre sujeito sociopolítico, olhando a atuação em um setor específico, e o sujeito popular, para compreender a luta pela transformação radical da sociedade. Ambos se constituem e estão conectados. A articulação de sujeitos sociopolíticos pode vir a constituir o sujeito popular da transformação radical da sociedade. A constituição do sujeito, seja ele sociopolítico ou popular da transformação radical, é resultado

das lutas dos atores, sendo um espaço plural e de reconhecimento do caráter histórico das lutas produzidas por cada um dos atores articulados. Esse sujeito é capaz de organizar e projetar um sentido estratégico às lutas produzidas por meio da ação coletiva dos atores articulados. Através dele, é possível que se acumule e se construa o poder a partir dos atores articulados (RAUBER, 2008).

Para fazer o estudo da articulação entre os atores que não atingiram seus objetivos de produção no primeiro e no segundo PNE, mas que seguem buscando formas de aumentar o seu poder para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil, aproximei-me ao grupo gaúcho que organizou a etapa municipal de Porto Alegre (POA) e a etapa regional do Rio Grande do Sul (RS) do ENE. Essa aproximação se deu através da frequência às reuniões de preparação das etapas e da participação em ambos os momentos como ouvinte e organizador. Também participei do II ENE realizado em Brasília – DF no ano de 2016.

Algumas reflexões a partir dessas experiências surgiram: Por que um Encontro Nacional? Quem está capitaneando a sua construção? Que projeto de educação pretendem construir? Será que todas as entidades e organizações concordam com um projeto de educação de oposição? Existem conflitos entre as entidades e organizações? Quais são as mais influentes?

A Teoria da Produção Social elaborada por Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) ajuda a compreender as disputas que ocorreram na produção do PNE. Ao olhar o I e o II PNE e estudar a construção de cada um percebi que certos atores não conseguiram atingir seus objetivos de produção. Porém, mesmo não tendo conseguido atingi-los, os atores continuaram a produzir e a buscar o aumento da sua capacidade de produção. Para aumentar a sua capacidade de produção, os atores sociais, que disputaram a construção do PNE, mas que não atingiram seus objetivos, construíram o ENE⁸. A TPS aponta que os atores sociais vão seguir buscando formas de aumentar a sua capacidade de produção a fim de continuar disputando o jogo social.

O Encontro é, assim, um espaço de articulação entre atores sociais que buscam produzir outro projeto de educação para o Brasil. As propostas de Rauber (2008; 2001) permitem a delimitação do conjunto de atores que disputam o jogo social, possibilitando focar os atores articulados em torno do ENE sem, entretanto, se desvincular da produção social.

A partir da aproximação ao ENE bem como da participação no Encontro e do referencial teórico de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) e de Rauber (2008; 2006;

⁸ A partir desta parte do texto irei me referir ao grupo que construiu o ENE pelo nome CONEDEP tendo em vista a mudança ocorrida ao final do II ENE.

2003; 2001), parto do seguinte problema de pesquisa: **De que forma a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE contribui para o processo de constituição de um sujeito sociopolítico, para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil?**

2. JUSTIFICATIVA

O PNE vem sendo discutido desde o seu processo de construção durante a década de 1990. Valente e Romano (2002) destacaram que a construção do primeiro PNE resultou em um Plano que não atendeu aos anseios dos setores populares da sociedade, que elaboraram o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Esses autores apontaram que a articulação entre diferentes grupos que pretendem construir outro projeto de educação para o país é o caminho mais profícuo para realizar essa construção. Bollmann (2010) coloca que a construção do primeiro PNE teve como referência o Plano proposto pelo Poder Executivo. Para essa autora, é fundamental que os diferentes grupos que buscam construir um Plano educacional diferente do vigente estejam atentos e busquem intervir na elaboração final do PNE com a força necessária para que as suas propostas tenham sucesso. Lima (2015) discute a execução do PNE indicando que no ano de 2003 o Brasil destinou 4,6% do PIB para a Educação e, no ano de 2011, 6,1%. Vale ressaltar que esses percentuais destinados à educação contemplaram não só a educação pública, mas também o setor privado através de programas de crédito educativo. Essa autora destacou a oposição ao segundo PNE feita pelos atores que construíram o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira através da campanha em defesa dos 10% do PIB para a educação pública. Lima (2015) aponta a importância de que os princípios do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira sejam retomados pelos atores que buscam construir outro projeto de educação que tenha por base a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Esses autores destacaram a importância de que os atores que pretendem construir outro projeto educacional para o país busquem se articular, tendo como referência o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. A primeira edição do ENE foi realizada no ano de 2014 e buscou articular os atores em torno da construção de outro projeto de educação. Os atores envolvidos no ENE destacaram a relevância do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira na construção de um projeto que se contraponha ao PNE vigente. Leher (2015) coloca que o Encontro é o ponto de partida para a construção dessa articulação entre atores que unifique as agendas de ação desde a educação básica até o ensino superior.

O ENE e a articulação entre os atores a partir do Encontro são fenômenos bastante recentes, não tendo sido ainda estudados. Este trabalho buscou estudar essa articulação entre atores que buscam construir outro projeto de educação para o país e que se articulam em torno do Encontro para disputar a produção social com outros atores.

O referencial teórico de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) ofereceu os elementos teóricos que possibilitaram a interpretação das disputas em torno da produção do PNE como um processo em que diferentes atores atuam e interagem de acordo com as situações que percebem e os objetivos que almejam atingir. Com base nesse referencial, pude identificar os atores que disputam o jogo social e que buscam se articular em torno do ENE para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil. As contribuições teóricas de Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) possibilitaram a análise da articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE e o processo de constituição do sujeito sociopolítico a partir dessa articulação. Com base nesses dois referenciais de autores latino-americanos, pude fazer a análise de um conjunto de atores que parte do jogo para se articular e que busca atuar como uma unidade de ação que tenha força para disputar com outros atores a produção de um projeto de educação para o Brasil.

Saliento ainda que aproximação entre temas ligados à área da educação com o campo dos Estudos Organizacionais é relevante e pode ainda ser ampliada. Tragtenberg (2004) em sua obra *Sobre educação, política e sindicalismo* aborda questões referentes à democratização da educação. O pleito por maiores verbas do Estado para a educação é apontado por Tragtenberg (2004) como fundamental, devendo esse processo ser organizado e conduzido pelos docentes, estudantes e trabalhadores. Motta (2003), outro autor ligado à área de Estudos Organizacionais no Brasil, destaca a importância da educação participativa e coloca aos administradores educacionais o desafio de descobrir e delinear formas organizacionais que assegurem a educação participativa orientada pela construção de uma sociedade genuinamente igualitária. Acredito ainda que este trabalho pode contribuir com a aproximação entre o campo dos Estudos Organizacionais e a área da educação através da análise de um conjunto de atores que desenvolve processos organizativos para atuar de forma efetiva junto às políticas educacionais brasileiras.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Teoria da Produção Social

O presente capítulo será destinado à apresentação da Teoria da Produção Social (TPS) desenvolvida pelo autor chileno Carlos Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993). Matus nasceu no ano de 1931 em Santiago, Chile. Graduou-se em Engenharia e concluiu o mestrado em Economia com foco em financiamento de projetos pela Universidade de Harvard. No começo da década de 1960, atuou como docente universitário no Chile e no México, trabalhou também como assessor do Ministério da Fazenda e consultor da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Em junho de 1972 foi designado ministro da Economia pelo então presidente chileno Salvador Allende e, em junho de 1973, passou a atuar como presidente do Banco Central do Chile (FORTIS, 2010).

Matus teve a sua atuação profissional interrompida com o golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet em setembro de 1973 no Chile, sendo preso e encaminhado para os cárceres de Dawson e Ritoque. Nos cerca de dois anos em que esteve recluso, Matus dedicou-se ao estudo da atividade de governo e deu início à sua crítica ao planejamento governamental normativo. Após ser libertado em 1975, refugiou-se na Venezuela onde escreveu boa parte de suas obras. Durante a década de 1980, colaborou de forma intensa com órgãos governamentais de planejamento na capital venezuelana, Caracas. No ano de 1988, criou a Fundação Alta Direção (ALTADIR) com a intenção de que fosse fomentado o planejamento estratégico e fossem capacitados os gestores de alto escalão governamental. Simultaneamente à criação da ALTADIR, traçou o Projeto da Escola Latino-Americana de Governo (ESCOLAG) com o objetivo de que fossem oferecidas qualificações aos dirigentes e técnicos que atuavam na Administração Pública (FORTIS, 2010; MATUS, 2005).

Na década de 1990, além da atuação docente na formação dos altos escalões da administração pública, atuou como assessor de diferentes governos latino-americanos difundindo o Planejamento Estratégico Situacional (PES). O PES busca romper com o planejamento tradicional ao considerar a pluralidade de atores, as diferentes situações em que cada ator se encontra e por postular que os problemas a serem enfrentados possuem diferentes soluções que podem beneficiar uns e prejudicar outros (MATUS, 1997).

No Brasil, as proposições de Matus foram acolhidas e influenciaram práticas de gestão no setor público. Nos anos de 1996 e 1997, Matus atuou como colaborador na criação da Escola de Governo da Fundação de Administração Pública (FUNDAP). No mês de julho de 1998, o chileno foi convidado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para que realizasse seminários a respeito do método PES e da teoria de governo. Matus faleceu em Caracas no ano de 1998 tendo atuado como docente e consultor até o fim de seus dias (FORTIS, 2010).

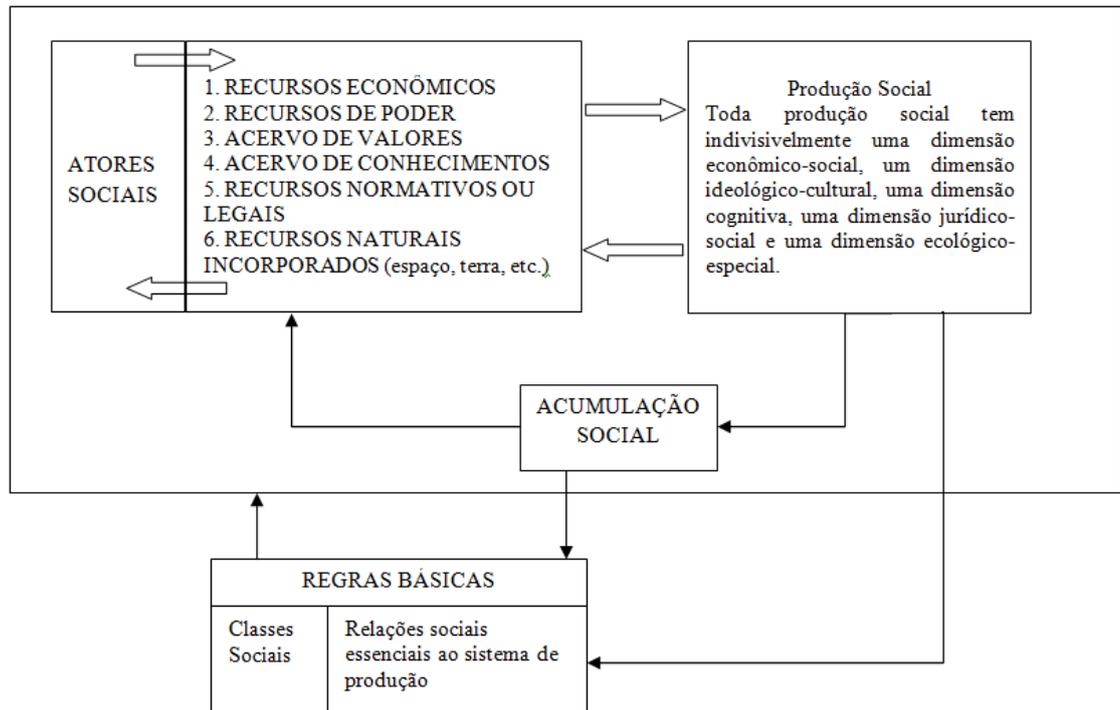
Além de ter atuado de forma intensa junto a diferentes órgãos governamentais, Matus também esteve engajado em atividades políticas e com a solução de problemas concretos. O chileno refutava a teorização como um fim em si e pretendia construir uma teoria da ação que rompesse com os limites impostos pelo planejamento normativo. Com isso, buscou romper com o determinismo social através da teoria do jogo social. “O jogo social é indeterminístico, é aberto à criação de possibilidades pelo ator em situação de condicionamento pelo *outro*” (MATUS, 2005, p. 13, grifos do autor).

Tendo problematizado a disputa em torno do PNE, os trabalhos de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) serão utilizados para compreensão em torno da construção de um projeto de educação antagonista ao projeto vigente. Em torno da política nacional de educação há a participação de diferentes atores que pretendem atuar na sua produção. Cada um desses atores possui objetivos próprios, o que leva à ocorrência de conflitos entre os envolvidos. Dentre aqueles que disputam a construção da política educacional brasileira, certas entidades – que buscam produzir outro projeto de educação para o Brasil que não o vigente – participaram da construção e realização do ENE.

A TPS considera que, com exceção da natureza intocada, tudo o mais é produzido pelo ser humano no convívio em sociedade. Os valores, as teorias, as instituições, os partidos políticos e a linguagem são produtos criados pelo homem em contato com uma diversidade de recursos escassos. A proposta da produção social unifica “[...] os processos de produção econômica, política, ideológico-cultural, cognitiva, etc. [...]” (MATUS, 1997, p. 107).

A produção realizada por cada ator depende do uso de determinados recursos e a aplicação de valores e conhecimentos. Ao mesmo tempo em que produz, a produção retorna ao ator como (des)acumulação social de novos recursos, conhecimentos e valores. A figura 01 sintetiza o processo de produção social:

Figura 01 – Processo de Produção Social



Fonte: adaptado de Matus (1997, p. 110)

A produção social contempla tudo aquilo que o ser humano produz a partir das suas capacidades políticas, ideológicas, organizativas, etc. e que acaba por alterar as capacidades de produção de cada um. Porém, o processo de produção social não é homogêneo, uma vez que existem interesses em disputa. Essas disputas evidenciam o caráter conflitante da produção social (MATUS, 1997).

Quando em contato com a natureza, o ser humano produz a realidade social, criando fatos e coisas. Os fatos e coisas “[...] são uma criação não apenas por constituírem acontecimentos e objetos produzidos pelo esforço humano, mas também por que *acreditamos que existem* e, em virtude de um acordo social, são-nos úteis no jogo social” (MATUS, 2005, p. 272, grifos do autor).

No processo de produção social são produzidos fatos individuais e fatos sociais. Matus (2005), a partir de Searle (1995), separa os fatos sociais em institucionais e organizacionais⁹. Os fatos institucionais diferem-se dos individuais por requererem uma intencionalidade coletiva¹⁰ para que sejam produzidos. Já os fatos organizacionais requerem, além dessa intencionalidade, “[...] a sistematização organizada da intencionalidade coletiva” (MATUS,

⁹ Matus (2005, p. 278) utiliza o exemplo do matrimônio e do Ministério da Educação. “O matrimônio é uma instituição que gera fatos institucionais, como a produção de casamentos”. Já “[o] Ministério da Educação é uma organização que produz fatos organizacionais, tais como serviços públicos de educação”.

¹⁰ Esse conceito será apresentado mais adiante.

2005, p. 278). Tanto os fatos organizacionais quanto os institucionais são fatos coletivos, havendo assim a necessidade do uso da linguagem e da existência da intencionalidade coletiva. As interações ocorrentes devido ao processo de produção social fazem com que esse se pareça com um jogo. O jogo é criativo e apresenta conflitos e regras. Durante o jogo social, as consequências de certas jogadas são passíveis de previsão¹¹, mas as jogadas em si são quase impossíveis de prever, pois correspondem às estratégias dos atores sociais. Os atores sociais utilizam suas acumulações para conseguir produzir fatos no jogo (MATUS, 1997). O jogo social surge a partir da criação e do reforço da intencionalidade coletiva. A intencionalidade coletiva supera a motivação individual e sustenta a ação social.

O jogo social resulta fundamentalmente em dimensões de coletividade dos seres humanos em momentos de cooperação, de concorrência, de conflito, de empatia ou antipatia. Dessa forma, “[o] jogo social é *interativo*. A ação de um ator é incompleta sem a ação anterior ou posterior do outro” (MATUS, 1996a, p. 14, grifos do autor). Sem essa interação não existiriam fatos sociais, somente fatos individuais. A partir da intencionalidade coletiva a motivação individual é superada. “Isso significa não apenas que os atores entram em cooperação, mas também compartilham *conscientemente* crenças, desejos e intenções” (MATUS, 2005, p. 280, grifos do autor).

Considerando a interação como fundamental, o jogo social constitui uma associação entre dois ou mais atores em que se desenvolvem relações de interesse e relações causais. As primeiras ocorrem “[...] por que o jogo divide os atores segundo facções alinhadas conforme os seus objetivos de cooperação ou conflito”. As segundas “[...] por que a eficácia da ação de um jogador depende do jogo do outro e vice-versa”. Dessa forma, “[n]o jogo social, cada participante não joga por si mesmo, cego à ação do outro, mas joga em interação com o cooperante e com o adversário” (MATUS, 1996a, p. 14, grifos do autor).

A cooperação, assim como a oposição entre atores, refere-se às estratégias que os atores desenvolvem ao interagirem. Essas interações têm como extremos a cooperação aberta e o confronto aberto. A cooperação aberta é um jogo de coordenação em que existem informações abertas e objetivos transparentes. O confronto aberto é um jogo de mensuração de forças opostas, em que para um vencer o outro tem de perder.

O quadro a seguir sintetiza os três tipos puros de estratégia interativa:

¹¹ Matus (1993, p. 579) faz a distinção entre predição e previsão. Predizer diz respeito à “[c]apacidade ou tentativa de antecipar o que ocorrerá no futuro, anunciando o que ocorrerá amanhã”. O termo previsão é o utilizado por Matus uma vez que considera possíveis variações, sendo uma “[c]apacidade ou tentativa de prever um espaço de possibilidades futuras, sem contudo arriscar-se a anunciar o que ocorrerá amanhã”.

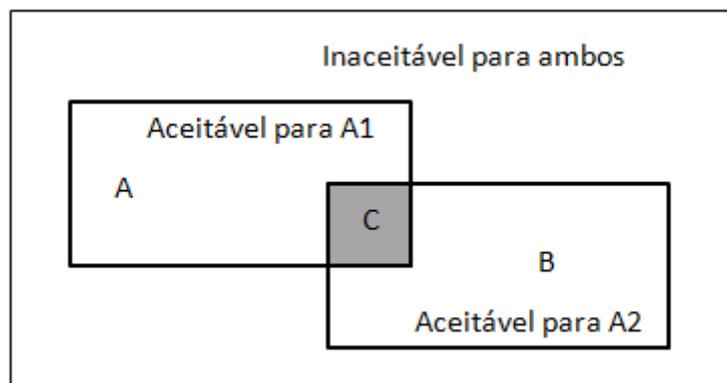
Quadro 01 – Tipos de estratégia interativa

	COOPERAÇÃO	OPOSIÇÃO	CONFRONTO VIOLENTO
CONTEXTO	Confiança	Confronto	Violência
		Desconfiança	Animosidade
ESTRATÉGIA	Persuasão	Medição de força	Mediação violenta de forças, ameaça, intimidação
	Sedução	Protesto – Reclamação	
	Transparência		
OBJETIVO	Acordo	Imposição da maioria	Imposição de força
MEIOS	Convencer – Coordenar	Vencer – Opor	Eliminar – Subjugar
ATORES	Eu e o Outro	Amigo – Adversário	Amigo – Inimigo
METÁFORA	O Bridge (entre amigos)	O Xadrez, o Bridge (entre oponentes)	Luta de Box

Fonte: Matus (1996a, p. 17)

No caso da cooperação, os envolvidos realizam acordos em que há benefício para cada um. Nesta perspectiva, pretende-se que os espaços de produção aumentem para ambos e que não ocorram conflitos. No jogo de oposição a negociação dominante é a de soma zero. Nesse jogo, ocorre a medição de forças entre os atores, prevalecendo a lógica do aliado-adversário. No jogo da confrontação violenta a intenção é anular a força do outro através da imposição da vontade de uns aos outros. Nesse caso, a lógica que impera é a do amigo-inimigo e se busca deixar os inimigos sem liberdade de ação e escolha (MATUS, 1996a).

Ainda que o espaço de variedade do possível apresente as jogadas que um ator pode ou não fazer durante o jogo social, a produção realizada por um ator depende também do marco ético-ideológico que esse ator possui. “Todo ator tem um espaço de aceitabilidade ético-ideológica que forma parte de sua personalidade” (MATUS, 1996a, p. 41). A figura a seguir representa o espaço ético-ideológico de dois atores.

Figura 02 – Espaço ético-ideológico de dois atores

Fonte: Matus (1996a, p. 41)

O Espaço A representa aquilo que o ator social A1 aceita; o espaço B representa aquilo que o ator social A2 aceita. Fora desses dois espaços está aquilo que nenhum dos dois atores aceita produzir. O espaço C representa a interseção daquilo que A1 e A2 aceitam fazer. Isso significa que há possibilidade de cooperação entre esses dois atores (MATUS, 1996a). As estratégias interativas de cooperação podem levar os atores a se articularem, partindo de problemas identificados e relacionados com os objetivos que cada um persegue ao realizar a sua produção (RAUBER, 2006).

No jogo social, nem todos os indivíduos e organizações são atores. O **ator social** participa de um jogo de modo ativo, tendo valores, memória e consciência. Segundo Matus (1996a), o ator social preenche os seguintes requisitos: a) atua de forma criativa produzindo e sendo produzido pelo sistema social; b) tem um projeto, mesmo que parcial, que oriente a sua ação; c) controla uma parte significativa do vetor de recursos críticos do jogo tendo assim força e capacidade de produção de fatos no jogo social; d) participa do jogo social, não sendo um mero analista; e) tem organização estável que lhe possibilita atuar com um peso coletivo; e f) produz falas e jogadas.

No jogo social, a realidade não é percebida igualmente por todos os atores, uma vez que cada ator realiza a sua própria apreciação. Essa apreciação, que é única e diz respeito apenas a quem a realiza sendo relevante para a sua ação, identifica a situação do ator (MATUS, 1996a).

O conceito de situação é fundamental para a compreensão da TPS e das dinâmicas que ocorrem entre os atores sociais. Os atores sociais ocupam diferentes posições, porque cada um realiza uma observação da realidade que lhe permite identificar determinados aspectos, mas que também lhe oculta outros. Aquilo que é identificado e oculto nessa observação é condicionado pelo objetivo que o ator persegue e varia conforme os valores, as ideologias e os modelos teóricos que ele possui. Essa categoria situacional amplia a ideia do diagnóstico. O diagnóstico se coloca como impessoal, unidimensional. Ele trabalha com a ideia de *como é* a realidade e não com a de *como o ator a explica*. A análise situacional se apresenta a partir do ator que está apreciando a realidade. Essa análise assume que a explicação apresentada é própria de um ator e que essa interpretação será diferente das outras interpretações que os demais fizerem, tendo em vista que somente será percebido aquilo que for relevante para a ação do ator social (MATUS, 1996a). Ainda assim, a ideia de diagnóstico não deve ser inteiramente descartada, uma vez que “[...] um diagnóstico técnico rigoroso tem valor, mas não é mais do que *matéria-prima* que um ator social *processa* para formular sua apreciação situacional” (HUERTAS, 1996, p. 33, grifos do autor).

A análise situacional não se reduz apenas ao olhar do ator social sobre a realidade. Ela é relevante para a sua ação. Quem realiza a análise situacional é porque está inserido nela, é porque luta para alcançar os seus objetivos com o intuito de que a situação seja alterada ou mantida. Nessa luta, a situação é tanto o ponto de partida, servindo de estímulo para alterar ou manter a realidade, quanto de chegada, caso considerada como o resultado das lutas realizadas anteriormente. É a partir da situação que o ator identifica que ele irá desenvolver a sua **estratégia**¹² (MATUS, 2005; 1997; 1996a).

Para Matus (1996a), a estratégia sempre é situacional. Ela diz respeito à leitura que cada ator faz da realidade e se refere à forma com que um problema será solucionado entre dois ou mais atores. A execução da estratégia não depende exclusivamente do ator social que a realiza, uma vez que em toda estratégia há a presença do *outro*. O *outro* também joga e produz fatos, podendo representar tanto um obstáculo quanto uma facilidade para a realização da estratégia de um ator. Caso a estratégia seja conflitiva, a sucessão de situações deve ser crescentemente favorável a um ator e desfavorável a *outro*, ao mesmo tempo em que *o outro* tenta fazer o mesmo com o outro ator. Diferentemente do conflito, na estratégia cooperativa todos se beneficiam com a mudança situacional e cada ator atingirá parcialmente a sua situação-objetivo. Nesse caso, o êxito do ator ajuda o êxito do *outro* e vice-versa (MATUS, 1996a).

O ator elege a sua estratégia de acordo com o estilo político que pratica e que impõe a si no jogo. Esse estilo político determina as fronteiras daquilo que é e não é permitido e também estrutura um conjunto de normas éticas. Isso resulta em um perfil bastante particular de se fazer e aceitar a política. Para Matus (1996a), existem três estilos político: o estilo Chimpanzé; o estilo Maquiavel; e o estilo Gandhi. No primeiro dos estilos a estratégia política se refere à manutenção do poder, utilizando-o em seu benefício: o projeto é o chefe e vice-versa. O estilo Maquiavel é marcado pela mudança do objetivo para o projeto social. O poder pessoal é um instrumento para o projeto e não mais o objetivo. Nesse caso, não existem amigos, somente aliados e adversários em relação a um objetivo. Mesmo o chefe não sendo mais o projeto, este parece impossível sem a sua presença. O último dos três estilos políticos é o de Gandhi. Nesse estilo, o consenso governa o projeto e este governa o líder. Os meios empregados marcam a legitimidade do objetivo, privilegiando a persuasão, o diálogo e a

¹² Um dos principais trabalhos de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) foi a elaboração do PES. “O PES é um método e uma teoria do *Planejamento Estratégico Público*”, sendo concebido para utilização de políticos governantes ou de oposição e tendo como tema os problemas públicos e sendo “[...] também aplicável a qualquer órgão cujo centro de jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social” (HUERTAS, 1996, p. 22-23, grifos do autor).

negociação cooperativa, reconhecendo que o outro tem objetivos tão legítimos quanto os meus (MATUS, 1996a).

O ator social não escolhe um desses três estilos desconectado das condições em que irá desenvolver a sua ação política. Ele não tem plena liberdade de escolha, devendo conquistar essa liberdade a partir da produção que realiza. Para vencer é preciso disputar. No jogo social os atores não podem simplesmente escolher o estilo político mais coerente com seus valores; o outro pesa também na definição do estilo político dominante na prática social. Além disso, é importante destacar que no jogo social os três estilos políticos são combinados de diferentes formas, ainda que geralmente um seja dominante em relação aos outros (MATUS, 1996a).

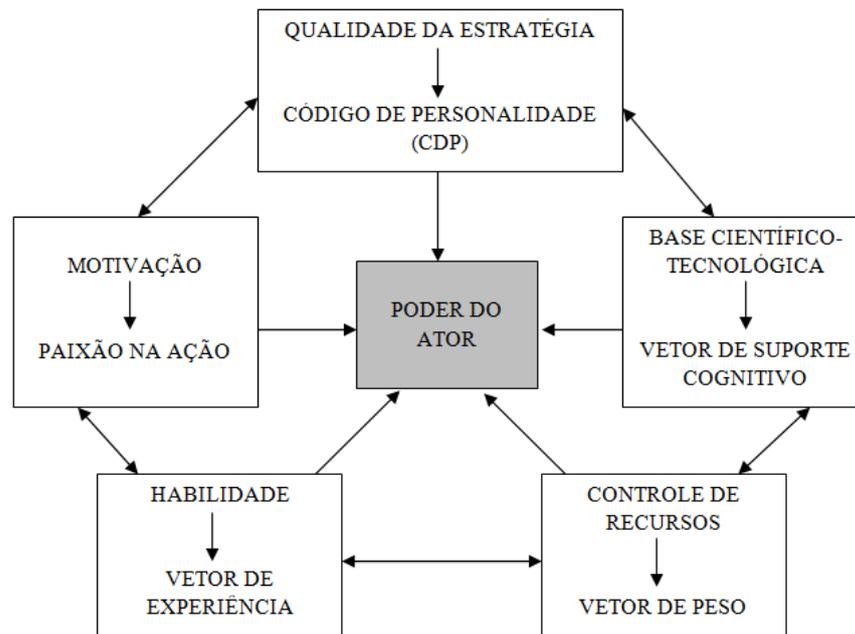
Além do estilo e da estratégia a ação dos atores é também medida pela sua força. A força de um ator é utilizada por Matus como sinônimo de poder disponível a ser utilizado, apresentando uma variedade complexa de características: a) tudo aquilo que pode ser usado por um ator, seja contra um adversário ou para ganhar um aliado, é força. A força não é definida pela natureza do recurso utilizado, mas sim pela situação do ator no jogo que permite a sua utilização de modo eficaz. A força é, assim, multidimensional; b) o valor da força é relativo ao objetivo que o ator persegue, não tendo um valor absoluto, mas sim situacional; c) a força é produto da acumulação social. O acúmulo ou a perda de força depende da eficiência do ator no jogo social; e d) é uma capacidade acumulada do ator que a utiliza de modo calculado e seletivo de acordo com a situação em que se encontra (MATUS, 1996a).

A força de um ator é assim “[...] uma capacidade de produção, que lhe permite realizar ações (não necessariamente vitoriosas) em uma interação conflitiva ou cooperativa” (MISOCZKY, 2002, p. 67). A relação entre a força de um ator com a sua motivação – que indica um desejo fraco ou forte – leva ao conceito de pressão. A pressão traduz a força aplicada por um ator – ou que ele está disposto a aplicar – ao apoiar ou rejeitar uma operação de acordo com a motivação que ela provoca. A força indica a capacidade de produção de um ator social e está relacionada ao seu poder (MATUS, 1996a).

O poder é um conceito de grande importância prática, sendo o centro da política. Para elaborar a sua definição de poder, Matus (1996a) utiliza-se das contribuições de Galbraith (1999) para construir aquilo que denominou como estrutura de poder de um ator. Galbraith (1999) apresenta três fontes de poder: personalidade, propriedade ou renda e organização. A personalidade é uma qualidade pessoal tais como a oratória e a inteligência. A propriedade, ou renda, diz respeito aos recursos que possibilitam a compra da submissão. A terceira fonte de poder é a organização. A organização em Galbraith (1999, p. 58) se refere a “um número de pessoas ou grupos... unidos para algum propósito ou trabalho”. Ela é a fonte de poder mais

importante nas sociedades modernas permitindo o controle dos recursos necessários ao exercício do poder. Matus (1996a) apropria-se das três fontes de poder elaboradas por Galbraith (1999) e as utiliza como ponto de partida para explorar a estrutura de poder em sua origem. A partir dessas três fontes e com o acréscimo de mais duas (base científico-tecnológica; e motivação) é que Matus (1996a) irá elaborar os cinco elementos do poder de um ator:

Figura 03 – Os cinco elementos do poder de um ator



Fonte: Matus (1996a, p. 114)

O Código de Personalidade (CDP) representa a personalidade do ator em Galbraith (1999). O CDP é um dos alicerces da força, dizendo respeito “[...] às características invariáveis das pessoas, tais como inteligência, criatividade, carisma, tenacidade, rebeldia, audácia, etc” independentemente dos meios que o ator controla (MATUS, 1996a, p. 112).

A ideia de propriedade utilizada por Galbraith (1999) é substituída pelo controle dos recursos disponíveis. O conceito de Matus amplia o de Galbraith (1999) por não só considerar a propriedade, mas também a “[...] a posse de recursos e da utilização, ainda que temporária, de uma série de controles políticos, econômicos, militares, etc”. Esse conceito resulta no vetor de peso de um ator (VP). O último dos conceitos oriundos de Galbraith (1999) é o de organização. A organização possibilita ao ator o controle de diversos recursos, já estando assim contemplada no VP de um ator. Porém, a organização é fonte de poder complementar à personalidade e à propriedade quando define a perícia com que o ator faz as jogadas. “Um

ator pode ter pleno controle sobre um recurso, mas sua organização pode não ter perícia para manipulá-lo com eficácia” (MATUS, 1996a, p. 113). Dessa forma, a organização é utilizada por Matus através da noção de **Vetor de Perícia/Experiência** de um ator (VE). O VE refere-se tanto à perícia pessoal quanto à perícia institucional.

Às três fontes de poder apresentadas anteriormente, Matus acrescenta a paixão ou motivação e as ciências e as tecnologias. A **motivação/paixão** permite a multiplicação das energias e capacidades de um ator conforme o seu interesse e valor atribuídos. Já as ciências e as tecnologias, constituídas como **Vetor de Suporte Cognitivo** (VSC), são entendidas como ferramentas que permitem a prática política, dando vantagem ao ator em relação aos que estão mais atrasados nesse quesito (MATUS, 1996a).

O poder é assim “[...] uma potencialidade que abre possibilidade para acumular força”. Essa capacidade potencial é oriunda da desigualdade das regras do jogo – que favorecem uns e prejudicam outros – e pode ou não se concretizar em força de acordo com o CDP do ator, da situação em que se encontra, dos adversários, do contexto, etc (MATUS, 1996a, p. 128). O poder “[...] reside *na posse de meios e características pessoais* que [...]” permitem ao ator ter capacidade de produção de eventos em um jogo concreto. Esse ator não terá força nenhuma “[...] se não pode produzir jogadas e tem muita força se tem grande liberdade e variedade de jogo” (MATUS, 1996a, p. 111, grifos do autor).

Para sintetizar os três conceitos: o poder é uma potencialidade que abre possibilidade para acumulação de força; a força é uma acumulação concreta e que é realizada em um jogo que está em desenvolvimento; e a pressão é uma força aplicada por um ator em relação a uma jogada ou operação e depende da sua força e motivação.

3.2 A Articulação entre Atores Sociais e a Constituição do Sujeito Sociopolítico

A proposta teórica apresentada anteriormente destacou as dinâmicas do jogo e do processo de produção social. O jogo e a produção social são realizados por diferentes atores sociais que desenvolvem estratégias de interação e atuam de acordo com o estilo político que adotam. Ao interagirem, os atores entram em conflito, mas também cooperam de acordo com os objetivos que perseguem, das situações que percebem e dos problemas que identificam. As interações cooperativas, de acordo com Matus (1996a), têm por base a confiança entre os

atores, buscando coordenar as suas ações para que haja benefícios para todos os cooperantes. Quando interagem cooperativamente, é possível que diferentes atores sociais formem alianças de atuação (MATUS, 2005). De uma maneira preliminar, pode-se dizer que os atores sociais envolvidos no ENE partiram de interações cooperativas para a sua construção. Essa cooperação almeja aumentar os espaços de produção possíveis desses atores para que consigam disputar o jogo social com mais força. A força não é uma categoria isolada; ela se realiza durante o jogo social e depende do poder de um ator.

Através do ENE os atores envolvidos parecem buscar o aumento do poder para que tenham mais força no jogo social. As categorias de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) possibilitam a identificação e caracterização dos atores sociais, a análise das interações e estratégias produzidas, possibilitando assim a compreensão integral da disputa entre atores produzida no jogo social sendo, no caso deste trabalho, a produção de um plano de educação no país. Entretanto, esta pesquisa busca analisar a articulação produzida entre um conjunto específico de atores sociais que, desde o primeiro PNE, disputam a sua produção.

Considerando os momentos de produção dos PNEs como situações vivenciadas pelos atores, e não sendo possível, neste trabalho, analisar o jogo completo da produção do PNE, foi feito um recorte analítico para entender como podem os atores que se articulam em torno do ENE aumentar o seu poder para que possam disputar o jogo social com mais força. O ENE é um espaço de articulação entre atores sociais. Através dessa articulação, diferentes experiências são trocadas entre os envolvidos, uma vez que há uma pluralidade de atores sociais no processo de construção e realização do Encontro.

Para fazer a análise dessa articulação, busquei as contribuições da filósofa argentina Isabel Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) que estuda processos de construção de poder popular na América Latina e África. Rauber atua como educadora desde a década de 1970, estudando temas ligados à sociologia política, a análises conjunturais e realiza estudos antropológicos de movimentos, sindicatos, indígenas e de gênero (RAUBER, 2006).

Para Rauber (2008; 2006; 2003; 2001), a articulação entre atores sociais é fundamental para que sejam promovidas grandes mudanças sociais. Essa autora, assim como Matus, considera que as dinâmicas sociais são produzidas pelas ações e interações dos atores, refutando o determinismo social. Rauber (2006) aponta que a luta e oposição ao sistema capitalista não são feitas apenas pela classe trabalhadora (em sentido estrito) – ainda que essa siga tendo um papel fundamental. Diferentes movimentos, como os de estudantes e da juventude, atuam também nessa disputa. As lutas desenvolvidas por esses diferentes movimentos são fundamentais, porém, por muitas vezes serem realizadas de forma isolada,

acabam não tendo a força necessária para que as transformações almejadas sejam atingidas. Para que sejam construídas alternativas concretas de mudança, Rauber (2006) destaca a necessidade da articulação entre os atores sociais. A articulação entre atores é um passo fundamental para a construção de alternativas concretas de oposição às políticas vigentes. Para a construção dessa articulação, Rauber (2006) salienta o papel dos espaços de aproximação entre atores. Esses espaços possibilitam o encontro daqueles que lutam contra as medidas neoliberais, permitindo assim a construção de alternativas coletivas capazes de gerar mudanças.

Ao tratar da articulação entre os atores sociais, Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) salienta a necessidade de que sejam formadas instâncias e estruturas que permitam a coordenação e direção das ações. Para que isso ocorra, é preciso que existam núcleos que promovam essa articulação e que consigam estruturar um grande coletivo de atores sociais. Para Rauber (2006; 2001), os atores sociais são grupos, organizações, movimentos ou setores que intervêm na vida social em busca do atingimento dos objetivos que perseguem. A ação dos atores sociais possui caráter político, buscando assim realizar mudanças ou perpetuar a realidade social.

Ao se debruçar sobre o avanço neoliberal na América Latina e considerar as democracias latino-americanas como sendo de mercado¹³, Rauber (2001, p. 3) destaca a importância de que os setores populares não sejam conduzidos a uma condição daquilo que chamou de *quemeimportismo*. A condição de *quemeimportismo* refere-se ao abandono das lutas devido à falta de crença em mudanças. A tarefa de não deixar chegar a essa condição recai, principalmente, nos atores sociais que lutam pela transformação da sociedade.

Segundo Rauber (2001, p. 6, grifos da autora), está muito difundido e aceito entre as organizações e entidades populares a questão de que não se trata de tomar o poder, mas sim de construí-lo e acumulá-lo. O poder é entendido pela autora como “[...] *la capacidad que uno tiene de imponer o de llevar adelante los proyectos que cree posible*”.

A construção e a acumulação de poder estão fortemente vinculadas entre si, sendo a construção do poder um processo de acumulação, que vai do mais simples ao mais complexo, desde as bases. O processo de acumulação de poder tem como referente tanto àquele que o acumula quanto o outro, porque se refere ao aumento de força por uns para disputar com outros. Esse processo reconhece como caminhos a ocupação de espaços de representação

¹³ Rauber (2001) utiliza essa ideia ao colocar que a democracia na América Latina foi e segue sendo necessária para garantir o consenso mínimo necessário para a implantação do modelo neoliberal, gerando assim a estrutura legal necessária para a expansão e subordinação do funcionamento social e político às dinâmicas e necessidades do mercado.

democrática e a capacidade de organização e articulação com força para pressionar como formas de acumular poder. A acumulação de poder depende da organização e dos mecanismos de ação que os atores têm de desenvolver para que consigam atingir os seus objetivos, interesses e o seu projeto.

A proposição de Rauber (2001) referente à acumulação de poder tem por base a dimensão popular dos atores. A dimensão popular refere-se aos atores ligados aos movimentos de trabalhadores bem como aos outros atores que buscam construir alternativas ao poder do Estado e aos atores que se beneficiam da ação deste. O processo de construção e acumulação de poder pode ser impulsionado através da articulação e da organização de atores para pressionar coletivamente. Na lógica da acumulação de poder, fazer política

”[...] significa romper las reglas del juego que estructura la sociedad en la que estamos viviendo, donde las leyes dicen una cosa, el gobierno hace otra, la gente hace otra y sólo se impone una ley sobre la base de la fuerza, cuando a un sector del poder le interesa. Hacer política implica, además de romper esas leyes, crear nuevos esquemas de organización y participación social (RAUBER, 2001, p. 6, grifos da autora).

Nesse sentido, as lutas reivindicativas são extremamente importantes por serem um caminho para a acumulação de poder. Essas lutas são um nível inicial de produção dos diferentes setores. Elas são, por exemplo, as lutas pela água em um bairro, pela construção de uma escola em uma determinada localidade. As lutas reivindicativas acabam por aproximar trabalhadores, professores e estudantes, gerando assim um espaço de encontro coletivo. Dessa forma, é possível que sejam conjugados e articulados os objetivos particulares de cada luta reivindicativa em lutas sociais com objetivos comuns. Nesse entendimento, é necessário que os problemas surgidos no cotidiano façam parte da agenda das lutas coletivas e organizadas, sendo desenvolvidas e canalizadas em torno de objetivos maiores. Com base nisso, deve-se estabelecer um projeto político que não só garanta a sequência das lutas reivindicativas, mas que também as impulsiona e amplie, sendo esse projeto elaborado através do intercâmbio, da participação e da articulação dos diferentes atores sociais (RAUBER, 2001).

Para a construção da articulação entre diferentes atores sociais, Rauber (2006) aponta quatro ferramentas metodológicas: 1. Identificar elementos aglutinadores; 2. Conjugação dos porquês e a finalidade; 3. Identificar os problemas em comum aos diferentes atores; e 4. Identificar o problema central para os atores. A primeira dessas quatro ferramentas refere-se à identificação dos nexos que podem aglutinar esses atores, definindo quais são as problemáticas que os aproximam. A conjugação dos porquês e da finalidade da articulação diz respeito à compreensão dos motivos que podem levar os atores a se articular, bem como da finalidade dessa articulação. Isso se refere à necessidade de que as lutas de cada ator estejam

orientadas e acompanhadas de uma proposta construída coletivamente pelos atores. A identificação dos problemas em comum aos atores refere-se à exposição dos problemas que cada um percebe. A quarta ferramenta metodológica consiste em identificar o problema central para os atores. Essa ferramenta refere-se à identificação de um problema compartilhado pelos diferentes atores, que contemple os problemas que cada um identifica.

A articulação dos atores sociais surge assim como forma de fazer com que as lutas sigam sendo realizadas e impulsionadas. Ao abordar a transformação radical da sociedade como sendo o objetivo final dos atores sociais populares, Rauber (2008; 2001) aponta que a pluralidade de atores sociais é uma característica e uma condição importante para que os atores articulados constituam aquilo que chama de sujeito popular. Essa transformação radical da sociedade refere-se à totalidade social, à construção da sociedade almejada pelos atores sociais articulados em torno de um sujeito popular.

O sujeito popular reconhece o caráter histórico das lutas. Sua constituição se dá através da articulação de uma pluralidade de atores, dos problemas que identificam e dos objetivos que perseguem, configurando assim um projeto político de transformação radical da sociedade.

El sujeto popular es la resultante de un modo (político) de interarticulación de actores sociopolíticos diversos capaces de diseñar, organizar y proyectar con un sentido estratégico la disputa por la transformación radical de la sociedad hacia la concreción de la utopía soñada y creada, y de luchar para hacerla realidad construyendo y acumulando desde abajo el poder propio necesario para ello (RAUBER, 2008).

A articulação desses diferentes atores no processo de constituição de um sujeito popular demanda coordenação das forças sociais envolvidas para que possam conquistar os objetivos que buscam. Para construir essa coordenação é necessário que todos os atores envolvidos participem concretamente desse processo. Essa coordenação não é de caráter excludente, retirando os dirigidos dos processos de tomada de decisão, mas sim de caráter integrador; deve articular e garantir a plena participação dos atores (RAUBER, 2008; 2001).

A capacidade de articulação requer uma prática permanente de trabalho coordenado, devendo ser um princípio dos diferentes atores que buscam articular-se. Os atores sociais já consolidados têm uma responsabilidade maior nessa coordenação, apoiando os movimentos mais recentes e respeitando as dinâmicas e definições desses novos movimentos. Nesse sentido, a articulação e a constituição do sujeito popular dependem da existência de atores capazes de impulsionar e de dar direção a esse processo (RAUBER, 2008; 2001).

Rauber (2001) indica algumas práticas que podem colaborar no avanço e constituição coletiva do sujeito popular: 1) Respeitar a autonomia de cada um dos atores envolvidos:

promover a participação plena dos envolvidos nas tomadas de decisão e na execução dessas; 2) Reconhecer a identidade de cada ator social: a identidade é aquilo que define um coletivo humano, diferenciando-o dos outros; respeitar as diferentes identidades garante a horizontalidade para que se construa o sujeito popular; 3) Promover e desenvolver relações horizontais entre os diferentes atores: superar o esquema hierárquico e subordinador; desenvolver relações horizontais que promovam a cooperação entre as partes; 4) Articular as lutas respeitando as decisões e os ritmos de cada ator: construir a luta desde as bases demora tempo, requer encontros e debates. Respeitar o tempo dos diferentes atores garante a horizontalidade da tomada e execução das decisões; e 5) Superar os preconceitos entre os atores: respeitar as identidades e a autonomia dos envolvidos. Trabalhar coletivamente para encontrar caminhos para a articulação dos atores depende da construção de novos pensamentos e de projetos alternativos. Essa construção depende do intercâmbio e da participação dos diferentes atores sociais (RAUBER, 2001).

A constituição de um sujeito popular almeja a transformação radical da sociedade. Ainda que tenham essa transformação como horizonte, um conjunto de atores sociais pode interagir no jogo social de forma cooperativa a partir de situações em comum e de projetos de atuação semelhantes ligados a uma determinada problemática e formar alianças (MATUS, 2005). A partir da formação de uma aliança, o coletivo de atores passa a atuar de forma coordenada e articulada, buscando construir uma agenda de ação única e coletiva. A agenda particular de um ator refere-se aos problemas percebidos e enfrentados por ele ao se envolver com uma política pública. A ideia de uma agenda única e coletiva refere-se a um conjunto de problemas percebidos e enfrentados por diferentes atores, possibilitando assim sua articulação em torno de problemas em comum (DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, 2016). Essa construção de uma agenda única e coletiva de atores ligados a uma temática específica e a sua articulação pode vir a constituir um **sujeito sociopolítico**. O sujeito sociopolítico refere-se a um coletivo de atores que se articulam em torno da construção de um projeto político alternativo vinculado a uma temática específica de ação (RAUBER, 2008; 2006; 2003; 2001).

A dimensão sujeito, componente fundamental do sujeito popular da transformação social e do sujeito sociopolítico, refere-se a um coletivo de atores que realizam reiteradas e contínuas inserções na vida social de maneira coletiva. Isoladamente, nenhum ator social pode se tornar sujeito. É necessário, para tal, estar articulado com outros atores que estejam comprometidos com essas inserções e que busquem, seja em relação a uma determinada temática ou a totalidade social, realizar transformações. O sujeito é múltiplo e plural, articulando atores diversos em torno de agendas comuns. Rauber (2001) reforça a dimensão

do popular vinculada ao sujeito, seja ele o sujeito propriamente popular ou sociopolítico. Com base em Vilas (1994, p. 10 *apud* Rauber, 2001, p. 13) a autora coloca que

[L]o popular tiene un referente de clase (trabajadora) pero no se reduce a la clase, sino que expresa el entrecruzamiento de una pluralidad de referentes estructurales y culturales que se conjugan para potenciar la diferenciación y eventualmente el enfrentamiento al poder del Estado y a los actores sociales que se benefician de él.

Assim como para a constituição do sujeito popular, a constituição de um sujeito sociopolítico requer que os atores sociais interajam entre si, desenvolvendo práticas de respeito à autonomia dos atores envolvidos, de reconhecimento das diferentes identidades, de promoção e desenvolvimento de relações horizontais, de articulação das lutas e de superação de preconceitos entre os atores articulados. Atuando de forma coletiva os atores sociais, constituintes do sujeito sociopolítico, podem ser capazes de construir alternativas que incidam de forma efetiva no setor em que atuam (RAUBER, 2001).

3.3 Atores Sociais e Sujeito Sociopolítico: Sínteses Possíveis

O presente capítulo buscou sintetizar os conceitos teóricos elaborados por Carlos Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) e por Isabel Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) que foram utilizados nesta investigação a fim de discutir e sintetizar as proximidades e os distanciamentos entre esses autores. Inicialmente, o conceito de ator social é um elemento comum aos dois autores, mas que possui diferenças consideráveis. Em Matus (1993, p. 570), o ator social “[é] uma personalidade, uma organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos na situação”, preenchendo os seguintes requisitos: a) atua de forma criativa produzindo e sendo produzido pelo sistema social; b) tem um projeto, mesmo que parcial, que oriente a sua ação; c) controla uma parte significativa do vetor de recursos críticos do jogo tendo assim força e capacidade de produção de fatos no jogo social; d) participa do jogo social, não sendo um mero analista; e) tem organização estável que lhe possibilita atuar com um peso coletivo; e f) produz falas e jogadas (MATUS, 1996a). Já Rauber (2006; 2001) define ator social como grupos e organizações que intervêm na vida social, ainda que temporariamente, em busca do atingimento dos objetivos que perseguem; agindo politicamente para realizar mudanças ou perpetuar a realidade social.

As definições de Matus (1996a, 1993) e de Rauber (2006; 2001) de ator social são próximas, mas possuem diferenças que precisam ser consideradas. O conceito de Rauber (2006; 2001) é mais amplo que o do autor chileno. Aquilo que Matus (1996a; 1993) considera ator social também o é considerado por Rauber (2006; 2001), mas não necessariamente aquilo que a autora argentina coloca como sendo ator social o é considerado pelo chileno. O conceito de ator elaborado por Matus (1996a; 1993) é mais rígido, tendo requisitos que definem a classificação de um ator social. Neste trabalho, busquei identificar os atores sociais que partiram das disputas em torno da produção de um projeto de educação para o Brasil para se articular em torno do ENE. Essas disputas foram e são produzidas no jogo social. Dessa forma, por partir do jogo social e analisar um conjunto específico de atores, optei por adotar o conceito elaborado por Matus (1996a; 1993).

Outro conceito importante de Matus (2005) é o de jogo social. O jogo social é a arena da prática política em que ocorre a competição, a cooperação e o conflito entre os atores sociais. É no jogo social que os atores realizam as suas produções de acordo com os objetivos que perseguem e a partir dos recursos que possuem. Ainda que Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) não trabalhe com a dimensão do jogo social, a autora considera que diferentes atores interagem uns com os outros, perseguindo diferentes interesses e objetivos; disputando, mas também podendo se articular como alternativa para que acumulem poder. Para atingir os objetivos que perseguem, é necessário que os atores possuam força. Matus (1996a) e Rauber (2001) trabalham com o conceito de força de uma maneira bastante próxima; para Matus (1996a), a força é uma acumulação concreta e que é realizada no jogo; para Rauber (2001), a força se refere também a uma acumulação para disputar com outros interessados. Ambos os autores trabalham com a dimensão da força levando em consideração a presença de outros interessados, considerando assim as disputas entre os envolvidos e indicam como caminho para acumulação de força, o poder.

Em Matus (1996a), o poder é entendido como uma potencialidade que abre caminho para acumulação de força. Esse poder pode ou não ser convertido em força dependendo do CDP do ator, da situação dos atores, dos adversários com que vai interagir, etc. Em Rauber (2001), o poder é algo que se constrói e se acumula, sendo assim também potencial. Assim como em Matus (1996a), a autora coloca que esse processo de acumulação tem como referência tanto aquele que acumula o poder quanto o outro, visto que a acumulação de poder pode ou não se tornar força quando da disputa com um adversário (RAUBER, 2001).

Segundo Matus (2005; 1996a), uma alternativa para a acumulação de poder é a formação de alianças entre atores. Atores que interagem no jogo social de forma

predominantemente cooperativa podem formar alianças para perseguirem um objetivo único e compartilhado por esses. A formação de aliança pode acrescentar poder aos atores, possibilitando que esses possam vir a ter mais força nas disputas produzidas no jogo social. Enquanto Matus (2005; 1996a) trabalha com a dimensão de aliança, Rauber (2008; 2006; 2001) considera a articulação entre atores como sendo uma alternativa para acumulação de poder através da formação de uma unidade de ação que compartilhe objetivos e que tenha um problema central identificado pelos atores articulados. Assim como em Matus (2005; 1996a), a articulação entre os atores possibilita que esses acumulem poder, podendo ou não se converter em força quando da disputa com outros atores.

A partir da sua articulação, os atores sociais podem constituir o sujeito sociopolítico (RAUBER, 2008; 2006; 2003; 2001). Esse sujeito refere-se a uma unidade de ação articulada entre atores e que atua orientado por um projeto político de ação produzido pelos atores articulados. O conceito de sujeito sociopolítico não possui correspondência teórica em Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993). Matus (2005; 1996a) trabalha com a ideia da aliança, que possui correspondência em Rauber (2008; 2006; 2001) por meio da proposta da articulação. A dimensão sujeito sociopolítico torna concreta a ideia de aliança amplia a ideia de aliança (MATUS, 2005; 1996a) e de articulação (RAUBER, 2008; 2006; 2001) por indicar um conjunto de atores que se alia/articula para constituir um sujeito sociopolítico que possui objetivos e identifica problemas próprios – a partir dos atores que o constituem.

O sujeito sociopolítico atua com base no projeto político de ação elaborado pelos atores que o constituem. Esse projeto é elaborado a partir dos problemas que os atores percebem em relação a uma temática específica e aponta para as possíveis soluções, unificando assim os objetivos dos atores em torno de um objetivo geral, que contemple as lutas de cada um dos que estão articulados nesse sujeito. Com os atores articulados e com um projeto que oriente a sua ação, o sujeito sociopolítico, expressão da articulação dos atores em torno de um projeto único de ação, poderá acumular poder a partir da ação coordenada e unificada dos atores e disputar o jogo social com mais força.

4. OBJETIVOS

O presente trabalho possui um Objetivo Geral e quatro Objetivos Específicos que foram sistematizados com a finalidade de responder à pergunta de pesquisa.

4.1 Objetivo Geral

Analisar de que modo a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE contribui para a constituição de um sujeito sociopolítico para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil.

4.2 Objetivos Específicos

- (a) Identificar e caracterizar os atores sociais envolvidos no ENE;
- (b) Descrever a articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no ENE;
- (c) Investigar a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE como a constituição de um sujeito sociopolítico;
- (d) Analisar a relação entre a constituição do sujeito sociopolítico e a possibilidade de acúmulo de poder.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos capítulos anteriores apresentei o referencial teórico a ser utilizado neste trabalho, a sua justificativa e os objetivos que orientaram a pesquisa. Neste capítulo, serão apresentadas a caracterização da pesquisa, os procedimentos de coleta e de análise, bem como as categorias constitutivas e operacionais utilizadas com a finalidade de que sejam alcançados os objetivos deste estudo.

5.1 Caracterização da Pesquisa

A abordagem a ser adotada nesta pesquisa é a qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Vieira (2004, p. 17), “[...] pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico de análise de dados”. Devido aos tipos de técnicas que a pesquisa qualitativa permite empregar, ela se caracteriza por ser essencialmente descritiva, “[...] utilizando, com frequência, transcrições de entrevistas e de depoimentos, e citações que permitam corroborar os resultados e oferecer alguns pontos de vista” (VIEIRA, 2004, p. 17). A pesquisa qualitativa refere-se então, “[...] ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 24).

A presente pesquisa possui como estratégia de investigação o estudo de caso. Stake (2005, p. 443, tradução minha) aponta que “o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas sim uma escolha do que vai ser estudado”. O estudo de caso como forma de pesquisa é definido pelo interesse em um caso específico e não pelos métodos de aquisição utilizados. Dessa forma, o que se escolhe é estudar o caso independentemente da escolha metodológica que pode ser analítica, holística, através de mensurações, dentre outras (STAKE, 2005).

Triviños (2015, p. 133) coloca que estudo de caso “[é] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente”. Essa estratégia de investigação possibilita que se lide com diversos tipos de evidências – entrevistas, documentos, observações, dentre outras (YIN, 2010). O caso escolhido aqui “não é tomado primeiramente

porque ele representa outros casos ou porque ele ilustra um problema ou ameaça específica, mas, ao contrário, porque, em todas as suas particularidades, o caso em si é de interesse” (STAKE, 2005, p. 445, tradução minha). Merriam (1998) aponta que para que seja possível explorar todo potencial da estratégia de pesquisa é necessário que o objeto de estudo seja devidamente delimitado, chegando assim ao que será investigado que, neste trabalho, foi o caso da articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no ENE para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil.

5.2 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Para realizar a coleta de dados participei das diferentes reuniões de preparação das etapas municipal de POA – realizada em 12 de abril de 2016 – e regional do RS – realizada nos dias 21, 22 e 23 de abril do mesmo ano – do ENE. Além da participação em cada uma dessas reuniões, participei também de cada uma das etapas mencionadas anteriormente. Durante a participação nas reuniões e nas etapas realizei a observação de diferentes aspectos e elementos que caracterizaram cada um desses momentos. Além dessa observação, atuei em atividades de organização de cada uma das etapas, ficando com a responsabilidade de organizar o credenciamento dos participantes.

A observação participante possibilitou o acesso a diferentes informações relacionadas ao ENE.. Na observação participante o pesquisador “[...] se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 92). A observação participante pode ser considerada “[...] *un método interactivo de recogida de información que requiere una implicación del observador en los acontecimientos o fenómenos que está observando*”. Isso implica na participação “[...] *en la vida social y compartir las actividades fundamentales que realizan las personas que forman parte una comunidad o de una institución*” (GÓMEZ; FLORES; JIMÉNEZ, 1996, p. 165). A minha incorporação a este grupo deu-se de forma artificial¹⁴ com a finalidade de que fossem obtidas informações relativas ao ENE (MARCONI; LAKATOS, 1999). A partir da observação realizada, pude identificar as

¹⁴A observação participante artificial difere-se da natural. A primeira ocorre quando o pesquisador integra-se ao grupo com o propósito de obter informações. A segunda se dá quando o pesquisador já faz parte da comunidade ou grupo que irá investigar (MARCONI; LAKATOS, 1999).

entidades e organizações que estão envolvidas no Encontro e que coordenam a sua construção, bem como a interação entre essas a partir dos objetivos que perseguem ao construir o ENE e dos problemas que percebem na educação brasileira. Para sistematizar as informações obtidas a partir da observação, tomei nota em um diário que carreguei comigo em todos os momentos em que participei de atividades ligadas ao ENE e a sua organização. Além da observação, me cadastrei no e-mail do grupo que organizou as etapas de POA e do RS do Encontro, mantendo assim um contato frequente com as pessoas envolvidas no ENE regionalmente, e realizei ainda a leitura de materiais produzidos no I ENE e das atas das reuniões de organização do I e do II Encontro.

Outra via que utilizei para coletar dados foi através da realização de entrevistas semiestruturadas com os atores sociais envolvidos no ENE. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2017 com pessoas vinculadas a cada um dos atores identificados. Para chegar até essas pessoas, entrei em contato através dos sites institucionais e das páginas do *facebook*¹⁵ dos atores identificados e solicitei a indicação de pessoas que estão ou estiveram envolvidas com a construção do ENE, tendo preferencialmente participado das reuniões de organização do Encontro e que pudessem representar e falar sobre o envolvimento do ator, ao qual estão ou estiveram ligadas, no ENE. O roteiro de entrevista foi encaminhado a cada uma das pessoas indicadas e serviu como orientador da conversa. A partir do roteiro, busquei realizar perguntas e obter respostas relativas ao envolvimento de cada um dos atores no ENE com intuito de, a partir das entrevistas e da análise das informações obtidas dessas em conjunto com as informações obtidas a partir da observação participante realizada, responder ao problema de pesquisa deste trabalho. O roteiro de entrevista utilizado e o modelo do termo de consentimento encontram-se nos anexos deste trabalho. Como os entrevistados encontravam-se em diferentes estados do Brasil, realizei as entrevistas via videoconferência. Nos casos em que não foi possível a realização das entrevistas por videoconferência, entrevistei as pessoas ligadas a cada um dos atores sociais identificados via e-mail mediante o envio de perguntas. De acordo com Seitz (2015), os avanços tecnológicos oferecem diferentes oportunidades para realização de pesquisas qualitativas. Durante a coleta de dados, mantive contato com os entrevistados via *whatsapp*¹⁶, *facebook* e e-mail.

¹⁵ Rede social de relacionamento entre pessoas através da troca de mensagens e de compartilhamento de diferentes conteúdos.

¹⁶ Aplicativo de celular que permite a troca de mensagens via internet.

A análise dos dados obtidos foi orientada pelo uso de categorias formuladas com base no referencial teórico de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) e de Rauber (2008; 2006; 2003; 2001). Com base em Vieira (2004), defini as categorias constitutivas e operacionais desta pesquisa. As categorias constitutivas têm por base a abordagem teórica adotada neste trabalho. A primeira dessas categorias foi a de **ator social**. O ator social “[é] uma personalidade, uma organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos na situação” (MATUS, 1993, p. 570). Assim como Matus (1993), Rauber (2006; 2001) define ator social como sendo grupos e organizações que intervêm na vida social em busca do atingimento dos objetivos que perseguem; agindo politicamente para realizar mudanças ou perpetuar a realidade social.

A segunda categoria constitutiva foi a de **articulação**. Os atores sociais interagem no jogo social, podendo interagir de forma cooperativa e/ou conflitiva. Ao interagirem, os atores sociais desenvolvem estratégias sendo que essas dependem da situação que o ator identifica, do objetivo que o ator persegue, do estilo político adotado e dos atores com que interage. Quando interagem cooperativamente, os atores sociais podem formar alianças. A partir dessas alianças, os atores podem se articular. Para Rauber (2006), a articulação entre atores é uma forma de ampliar as lutas através da construção de uma unidade de ação que compartilhe objetivos e que identifique um problema central sobre qual buscará atuar. Rauber (2006) apresenta algumas ferramentas metodológicas que podem contribuir para a construção de uma articulação: identificar elementos aglutinadores; reconhecer os porquês e a finalidade da articulação; identificar o problema central e comum aos atores, mantendo práticas permanentes de trabalho coordenado.

A terceira categoria constitutiva foi o **processo de constituição de um sujeito sociopolítico**. Rauber (2008; 2001) destaca que a articulação entre atores sociais é fundamental para que as lutas desenvolvidas tenham continuidade e sejam impulsionadas através da construção de um projeto político. Articulados, os atores sociais podem vir a constituir o sujeito sociopolítico, quando os atores buscam atuar junto a uma temática específica. A constituição desse sujeito depende, além da construção de um projeto, da adoção de práticas de respeito à autonomia dos atores envolvidos, de reconhecimento das identidades dos atores, de promoção e desenvolvimento de relações horizontais, de articulação das lutas e de superação de preconceitos entre os atores articulados (RAUBER, 2001).

Com a finalidade de operacionalizar as categorias constitutivas apresentadas anteriormente, adotei os seguintes indicativos que serviram como guias na realização da pesquisa e na análise dos dados obtidos:

- 1) Ator social: são as entidades e organizações que disputam o jogo social e capitanearam a construção do ENE nacionalmente a partir da CONEDEP, vindo no Encontro um espaço de articulação para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil.
- 2) Articulação: é o resultado das interações entre os atores tendo em vista a identificação de elementos que os aproximem, os motivos que os levaram a se articular, o problema central que identificam e a manutenção de práticas de trabalho permanente, constituindo assim uma unidade de ação entre atores.
- 3) Processo de constituição de um sujeito sociopolítico: refere-se à participação dos atores identificados no processo de construção do ENE, o respeito às suas especificidades, o modo de coordenação dos atores e a construção de um projeto político de ação coletiva feita por e para esses atores que oriente a sua ação como uma unidade, buscando assim acumular poder.

Os dados foram interpretados tomando por base as categorias constitutivas e operacionais apresentadas anteriormente. De acordo com Triviños (2015, p. 173), a análise interpretativa deve se apoiar em três aspectos fundamentais: “a) nos resultados alcançados no estudo (respostas aos instrumentos, ideias dos documentos etc.); b) na fundamentação teórica (manejo dos conceitos-chaves das teorias e dos outros pontos de vista); c) na experiência pessoal do investigador”. A partir da sistematização e ordenação dos dados, pude relacioná-los e extrair conclusões relativas ao problema de pesquisa deste trabalho (GÓMEZ; FLORES; JIMÉNEZ, 1996).

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Apresentação e a análise de dados estão organizadas de acordo com os objetivos específicos deste trabalho. Inicialmente, busquei identificar e caracterizar os atores sociais envolvidos no ENE. Em seguida, descrevi a articulação produzida entre esses atores em torno do Encontro e, na sequência, investiguei a articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no Encontro e o processo de constituição de um sujeito sociopolítico. Por fim, analisei a relação entre a constituição do sujeito sociopolítico e a possibilidade de acúmulo de poder.

O ENE foi construído como um espaço de articulação pelos atores sociais que pretendem confrontar o PNE vigente através da produção de outro projeto de educação para o Brasil. Como espaço de articulação e de produção de um projeto, a primeira edição do ENE, que ocorreu em agosto de 2014, teve os seguintes temas centrais para debate e elaboração propostas: 1) Acesso e Permanência; 2) Avaliação e Meritocracia; 3) Democratização; 4) Privatização e Mercantilização da Educação; 5) Financiamento da Educação; 6) Transporte e Passe-Livre; e 7) Precarização das Condições de Trabalho e Formação. Já a segunda edição do ENE, que ocorreu em junho de 2016 na cidade de Brasília – DF, e que participei teve como eixos centrais: 1. o Acesso e Permanência; 2. a Avaliação; 3. o Financiamento; 4. o Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; 5. a Gestão; e 6. o Trabalho e Formação dos/as Trabalhadores da Educação. Esses eixos, tanto na primeira quanto na segunda edição, marcam os elementos direcionadores dos debates desenvolvidos no Encontro, evidenciando as causas e os problemas identificados pelos atores sociais envolvidos no ENE.

Para analisar o caso da articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil, além de ter participado da etapa nacional do Encontro, participei também das etapas municipal de POA e regional do RS bem como das reuniões que construíram essas etapas municipal e estadual. Essa participação nas três etapas, assim como nas reuniões possibilitaram um maior conhecimento do Encontro, bem como a identificação dos atores e as suas pautas. Partindo do estudo das estratégias interativas desenvolvidas pelos atores e da articulação produzida, busquei, tomando como referência as práticas e ferramentas metodológicas propostas por Rauber (2005; 2001), analisar de que forma essa articulação contribui para o processo de constituição de um sujeito sociopolítico para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil.

A construção e realização do ENE não são estagnadas, visto que os atores envolvidos no Encontro partem das interações produzidas no jogo social para se articularem em torno do ENE. A primeira edição do ENE foi importante para os atores, definindo agendas e buscando dar sequência às produções entre os atores agora articulados a partir do Encontro. Buscando fortalecer essa articulação e dar sequência à construção de um projeto de educação para o Brasil, a Coordenação construiu o segundo ENE no ano de 2016. A segunda edição do Encontro foi bastante importante para a articulação dos atores, definindo e orientando as produções futuras e marcando a mudança do nome do antigo Comitê, que passou a ser uma Coordenação. Como uma coordenação, a proposta da articulação almejada pelos atores é ratificada, tendo em vista que essa busca coordenar as ações a serem realizadas pelos atores para que essas não ocorram de forma isolada e descontínua.

6.1 Os Atores Sociais Envolvidos no ENE

O ENE é um espaço de articulação entre entidades e organizações. Algumas dessas entidades e organizações são atores sociais que atuam e interagem naquilo que Matus (2005) chama de jogo social. Para analisar a articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no ENE, o primeiro passo foi identificar e caracterizar esses atores. Essa identificação e caracterização se deram a partir das contribuições de Matus (2005; 1996a). Mesmo que Rauber (2001) trabalhe com o conceito de ator social, optei por utilizar a categoria elaborada por Matus (2005; 1996a; 1993), tendo em vista que o conceito desse autor diz respeito aos atores que disputam e interagem no jogo social. O conceito de ator social de Rauber (2001) é semelhante ao de Matus (2005; 1996a; 1993) porém mais amplo. Ainda que esse trabalho não pretenda analisar o jogo social produzido em torno da construção de um projeto de educação para o Brasil os atores sociais identificados e caracterizados partiram do jogo para construir a articulação aqui estudada.

A definição dos atores sociais a serem estudados a seguir se deu a partir da identificação daquelas entidades e organizações que possuíam capacidade de ação e peso coletivo, atuando historicamente no jogo social e que capitanearam a construção e realização do Encontro. Matus (1996a) aponta que o ator social participa de um jogo de forma ativa, não sendo mero analista; o ator é, assim, produtor e produto da realidade. O ENE, como espaço de articulação entre atores que buscam produzir um projeto de educação para o Brasil, é

construído como uma ação de atores, não estando assim deslocado do jogo social, mas sim fazendo parte das dinâmicas produzidas durante o desenvolvimento do jogo.

O primeiro dos atores identificados e apresentados nesta exposição foi o ANDES- SN. O ANDES-SN é um sindicato nacional cuja sede está localizada em Brasília, mas que possui diferentes sessões sindicais por todo o Brasil. Esse sindicato representa professores vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES) no país e está filiado à Central Sindical Popular (CSP – Conlutas). O ANDES- SN foi fundado em fevereiro de 1981 e possui cerca de 70 mil sindicalizados em um total de 121 sessões sindicais. O ANDES-SN possui compromissos ligados à luta pela educação pública e pela valorização do trabalho docente; à defesa da universalização do acesso à educação superior pública, gratuita e com garantia de permanência; e à busca pela construção de uma unidade da classe trabalhadora (ANDES-SN, 201[?]).

Esses compromissos posicionam o ANDES-SN como um ator que luta por uma educação superior pública e de qualidade, combatendo os processos de mercantilização¹⁷ do ensino superior brasileiro. Em sintonia com os referidos compromissos, o ANDES-SN defende a ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciada; a dotação de recursos públicos suficientes para o ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, bem como a criação de condições adequadas à realidade brasileira das universidades no Brasil.

Essas ações de defesa evidenciam a preocupação desse sindicato em relação à organização da educação brasileira, dando especial destaque para o ensino superior, e à defesa dos direitos dos docentes. Historicamente, o ANDES-SN esteve envolvido na produção de diferentes fatos no jogo social em torno da educação.

Em 1986 foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), e a ANDES integrante deste Fórum junto com outros movimentos sociais e acadêmicos, convenceu as entidades a elaborarem uma proposição para um capítulo da Constituição sobre educação e cultura, em 1988, do Capítulo III, Seção I, Educação (artigos 205 a 214), embora nem todas as propostas fossem aprovadas. Das entidades participantes do Fórum a ANDES era quem tinha uma proposta formulada e mais avançada (“Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte”). Assim e a partir da discussão desta proposta da ANDES, o Fórum apresentou uma plataforma educacional unitária para a Constituinte. Nos anos

¹⁷ Ao tratar do processo de mercantilização da educação superior pública, Serafim (2011) destaca que na América latina esse processo refere-se à subordinação da produção de conhecimento pelas universidades públicas aos interesses do mercado. Nesse processo, as IES são entendidas como ferramentas que devem promover o desenvolvimento econômico. Outra característica do processo de mercantilização refere-se à mudança na forma de gestão das IES públicas, tais como: elevada preocupação com o princípio de *accountability* (prestação de contas); ampliação dos *rankings* e padronização dos sistemas avaliativos; aumento das terceirizações e precarização.

seguintes, [...] iniciou discussões sobre uma proposta de lei de diretrizes e bases para a educação nacional (LDB). Após inúmeros debates nos espaços do ANDES (CONAD, CONGRESSOS), em 1991 foi aprovado o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB do ANDES-SN. [...] Entre 1988 e 1996, o FNDEP apresentou uma proposta de LDB, até sua derrota em 1996. Nesta conjuntura, década de 90, FNDEP decidiu por elaborar de forma democrática uma proposta de Plano Nacional de Educação. Naquela época, o processo de discussão e elaboração do primeiro PNE gerou dois projetos antagônicos. O PNE da Sociedade Brasileira, elaborado com ampla participação das entidades científicas, sindicais e estudantis, movimentos sociais e outro como proposta oficial do governo FHC. No final de 2000, foi aprovado o PNE proposto pelo governo FHC, desconsiderando as proposições do PNE da sociedade brasileira (informação via e-mail)¹⁸.

O trecho da entrevista apresentado anteriormente apresenta o papel histórico do ANDES-SN junto à produção de fatos relacionados à educação no Brasil, assim como a sua intenção de procurar estar articulado com outros atores, destacado no trecho a seguir:

A luta e somente a luta, é o caminho que historicamente o ANDES tem feito. E esta luta passa por fortalecer os espaços unitários como processo de construção coletiva [...] (informação via e-mail)¹⁹.

Esse sindicato teve um papel fundamental para a construção do ENE. No ano de 2014, o ANDES-SN esteve envolvido na construção do I Encontro. Para aquela edição, esse ator social expôs as posições que adotava: defesa do financiamento público da educação pública; da democratização da educação; garantia do acesso e permanência junto ao sistema educacional; e reivindicação do passe-livre e do transporte público para os estudantes. Posicionou-se de forma contrária em relação à privatização da educação; à precarização das condições de trabalho dos trabalhadores da educação; e à avaliação meritocrática na educação.

Para a realização do I Encontro, o ANDES-SN conclamou todas as suas sessões sindicais para que construíssem os Encontros preparatórios ao ENE de 2014, destacando ainda a importância de que cada uma das sessões atuasse mobilizando outras entidades de educação e os movimentos sociais para a construção e participação dos encontros preparatórios. Para a construção do II ENE, o ANDES-SN convocou novamente as sessões para a construção dos encontros preparatórios ao longo do segundo semestre de 2015.

Esse ator é um dos principais responsáveis pela construção do ENE, conforme destaque feito pela Oposição UNE.

De pegar mais o trabalho, o ANDES puxa mais, eles que dizem que tem de fazer reunião. Eles não impõem, mas capitaneam a organização do encontro (informação verbal, grifo meu)²⁰.

¹⁸ Trecho de entrevista concedida por e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

¹⁹ Idem.

²⁰ Trecho de entrevista realizada junto à Oposição UNE em maio de 2017.

A **ANEL** é uma organização estudantil criada em junho de 2009 e foi outro dos atores identificados. Ela surgiu a partir da votação realizada entre os delegados presentes no Congresso Nacional de Educação (CNE) de 2009, com a finalidade de impulsionar os movimentos estudantis no Brasil. A ANEL é filiada à CSP – Conlutas e defende a aliança entre o movimento estudantil e o dos trabalhadores (ANEL, 200[?]a). A ANEL foi fundada a partir do desacordo de certos estudantes para com a UNE. No entendimento da Assembleia, a UNE deixou de lado as lutas que desenvolvia, abandonando a oposição ao governo federal.

A Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL) surgiu como uma alternativa à União Nacional dos Estudantes (UNE) já que essa não estava mais cumprindo o papel de mobilizar e impulsionar as lutas estudantis, em especial contra o modelo de reforma universitária que estava sendo implantado durante o Governo Lula (Informação via e-mail)²¹.

A ANEL integra a Coordenação desde o ano de 2011, tendo participado também da realização do plebiscito organizado pela Coordenação a respeito da destinação de 10% do PIB para a educação pública. Esse ator defende e incentiva, dentre outras, a ação direta dos estudantes; a luta contra todos os tipos de opressão; e a unidade do movimento estudantil junto à classe trabalhadora, buscando estar presente nos diferentes espaços de representatividade estudantil (ANEL, 200[?]b), defendendo

o caráter público, gratuito, laico, democrático e socialmente referenciado da educação. Dessa forma somos contrários aos projetos de favorecimento da educação privada ou outras formas de privatização da educação pública, em todos os níveis (informação via e-mail)²².

A **FASUBRA** foi fundada em dezembro de 1978 e representa os trabalhadores das IES brasileiras tendo cerca de 150 mil filiados (FASUBRA, 2007). Essa Federação adota posições em defesa da universidade pública, gratuita e referenciada socialmente, assim como das conquistas e da manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Historicamente, esse ator produziu fatos relacionados ao ensino superior e à carreira junto ao serviço público, como, por exemplo, o Projeto Universidade Cidadã para Trabalhadores²³ e o Projeto do Plano de Cargo Único que serviu como referência para elaboração do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação instituído pela Lei nº 11.091/2005 (FASUBRA, 2007). Em relação à construção do ENE, esse ator social passou a se articular com os demais envolvidos a partir da segunda edição do Encontro, destacando que a mudança na composição da sua direção o levou a fazer uma análise situacional que resultou na integração junto a outros atores para construir o ENE.

²¹ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em maio de 2017.

²² Idem.

²³ Esse Projeto tramitou junto à Câmara dos Deputados através do Projeto de Lei 7.398 e encontra-se, atualmente, arquivado.

No decorrer do I ENE, não havia entendimento por parte da direção majoritária da FASUBRA durante aquele período, de que era necessário se somar a construção do I ENE. Na época, o campo majoritário da FASUBRA composto pelos setores da CUT e da CTB, compreendiam que a educação no Brasil vivenciava um processo de avanços; e que não fazia sentido integrar a organização de um evento que avaliava de forma crítica o processo educacional em vigor no país naquele período e nos períodos anteriores. A partir de Maio de 2015, a direção majoritária da FASUBRA passa a ser composta por setores (CSP CONLUTAS, INTERSINDICAL, UNIDOS e Independentes) que se localizam no campo do sindicalismo classista, e que possuíam a compreensão de que era necessário criar um campo social composto por docentes, técnicas e técnicos administrativos em educação, discentes, movimentos populares e de juventude; com o objetivo de contrapor a lógica educacional em vigor no país, bem como construir coletivamente um projeto classista e democrático de educação (informação via e-mail)²⁴.

O **SINASEFE** é um sindicato criado em 1988 a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º grau (FENASEFE). Esse sindicato representa os trabalhadores da rede federal de ensino básico, profissional, científico e tecnológico. O SINASEFE também é filiado à CSP – CONLUTAS, e tem como princípios fundamentais a defesa dos interesses da categoria de trabalhadores que representa e a luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada e que atue em consonância com os interesses da classe trabalhadora. Esse sindicato contempla tanto os trabalhadores ligados ao corpo técnico-administrativo quanto os de carreira docente em uma mesma categoria, e possui 94 sessões sindicais nos diferentes estados do Brasil (SINASEFE, 200[?]).

Para o SINASEFE, o Encontro é visto como uma alternativa para aglutinar os debates, formular novas ideias e construir uma unidade de ação em defesa da escola pública (SINASEFE, 200[?]). O ENE foi ainda debatido juntos às bases sindicais em três Plenárias Nacionais organizadas antes do II Encontro. (JÚNIOR, 2016). O SINASEFE esteve envolvido com a construção do ENE desde o final de 2013. A participação nessa construção se deu porque esse ator buscou e segue buscando

- 1: Se contrapor ao processo pouco democrático estabelecido nas conferências oficiais de educação;
- 2: Colaborar na construção de um novo modelo de educação, em particular na educação profissional;
- 3: Combater a mercantilização do ensino;
- 4: Combater a privatização do ensino;
- 5: Combater o projeto escola sem partido (informação via e-mail)²⁵.

A **Oposição de Esquerda da UNE (OPOSIÇÃO UNE)**²⁶ foi criada no ano de 2007 devido à presença majoritária, na direção da UNE, de correntes ligadas aos partidos políticos

²⁴ Trecho da entrevista realizada junto à FASUBRA via e-mail em junho de 2017.

²⁵ Trecho da entrevista realizada via e-mail junto ao SINASEFE em junho de 2017.

²⁶ Durante a realização do II ENE, pude identificar dois coletivos com presença bastante significativa: O Coletivo Construção e o Movimento Rua. Ainda que esses sejam coletivos específicos, a atuação de cada um

que à época ocupavam o governo federal. Sua criação se deu para que houvesse uma oposição estudantil às políticas desenvolvidas pelo governo federal.

A UNE não deveria simplesmente aceitar tudo o que o governo propõe para a educação (informação verbal)²⁷.

A OPOSIÇÃO UNE integra a construção do ENE desde que o projeto foi lançado, tendo destacado o importante papel do ANDES-SN nessa construção.

A UNE foi convidada pelo ANDES-SN. Quem ia às reuniões era a oposição de esquerda. Apesar de ter sido aprovada internamente, a UNE não compareceu às reuniões (informação verbal)²⁸.

O trecho acima, além de destacar o papel do ANDES-SN, salienta o desinteresse da UNE em participar da construção do ENE, posição essa que motivou a OPOSIÇÃO UNE a ocupar este espaço.

Em relação às proposições para a educação, esse ator destacou que

A educação é um direito do cidadão, deve ser gratuita e pública, é um bem público pela importância que tem na sociedade (informação verbal)²⁹.

E levantou ainda as seguintes questões sobre o tema:

A quem serve? Como vai ser essa formação? É servir ao país. Formação do profissional. Minoria acessa à universidade e não deve dar retorno à sociedade?

Educação como um bem público. Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referendada (informação verbal)³⁰.

O **CFESS** é um conselho federal que orienta, normatiza e fiscaliza o exercício profissional do assistente social (CFESS, 200[?]). Com sede no Distrito Federal e distribuído nos diferentes estados do Brasil através dos conselhos regionais, o CFESS atua não só em

deles durante o ENE faz parte da atuação da Oposição UNE, conforme relato: “O Construção e o Movimento RUA – não são independentes da Oposição de Esquerda da UNE” (informação verbal)²⁶.

O Coletivo Construção (**CONSTRUÇÃO**) é um movimento da juventude independente dos partidos e do governo. Esse coletivo surgiu a partir da discordância das posições adotadas pela UNE que, no entendimento desses, atuava de forma alinhada ao governo Lula, e do movimento que construiu a ANEL, pois era composto, em sua maioria, de indivíduos ligados ao PSTU. O CONSTRUÇÃO busca estar presente nos diferentes centros acadêmicos e diretórios centrais de todo o Brasil. Esse coletivo busca atuar de forma autônoma em relação aos partidos políticos e ao governo, lutando em defesa do ensino público. O CONSTRUÇÃO tem como principais causas a defesa do ensino público de qualidade para todos e a construção de um movimento estudantil que seja plural e democrático. (CONSTRUÇÃO, 200[?]).

O **RUA** é um movimento da juventude oriundo das manifestações de junho de 2013. Ele busca dar sequência às lutas iniciadas naquele ano através da organização das lutas desenvolvidas pelos jovens em um movimento autônomo, pretendendo atuar também nos centros acadêmicos e diretórios de estudantes. O RUA possui as seguintes frentes de ação: movimento estudantil; antiproibicionista; cultura popular e periferia; campo e meio ambiente; e saúde. Para este trabalho, merece destaque a frente de ação movimento estudantil. Essa frente refere-se à disputa pela construção de um projeto educacional através de movimento estudantil em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade que seja construída pelos estudantes, professores e técnicos (RUA, 2014). Devido à atuação de cada um desses coletivos estar vinculada à atuação da OPOSIÇÃO UNE optei por tratá-los em conjunto com a OPOSIÇÃO, compondo assim um ator social.

²⁷ Trecho da entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

²⁸ Idem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

relação ao exercício da profissão de assistente social, mas também contra a precarização do ensino superior e em defesa do trabalho e da formação profissional (CFESS, 2011). O CFESS integrou a Coordenação desde a sua origem, tendo destacado a interação com o ANDES-SN em defesa da universidade pública como um elemento importante para a construção da Coordenação. Esse ator busca, ao fazer parte do ENE,

[c]ontribuir de forma articulada, com defesa da educação pública gratuita, presencial e de qualidade (informação via e-mail)³¹.

Esse ator destacou as seguintes proposições para a educação brasileira:

Lutar pela garantia efetiva dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública;
Assistentes sociais e psicólogos na Escola
Defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade presencial com ensino, pesquisa e extensão;
Não a modalidade EAD na graduação (informação via e-mail)³².

A **CSP-CONLUTAS** foi fundada em junho de 2010 no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Grande parte da base sindical da CSP-CONLUTAS veio da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), criada em 2004. A CONLUTAS surgiu da unidade formada entre diferentes sindicatos que se opunham às políticas desenvolvidas pelo governo federal, e de movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST) passaram a compor a CSP-CONLUTAS, trazendo experiência das lutas e mobilizações dos trabalhadores. Outro movimento que compôs a CSP foi o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTTL). Esse Movimento trouxe à Central a experiência das lutas realizadas no campo e na cidade. A CSP-CONLUTAS agregou também entidades e organizações vinculadas ao movimento jovem (CSP-CONLUTAS, 2011).

A CSP-CONLUTAS unificou assim movimentos sociais, sindicatos, os jovens e estudantes em uma mesma organização. Sua atuação se dá em defesa dos interesses da classe trabalhadora. A Central atua em doze setoriais de trabalho, dentre elas a setorial de educação e está presente em 17 estados brasileiros (CSP-CONLUTAS, 200[?]).

Desde o seu surgimento, a CSP/Conlutas, trata com prioridade o debate da educação pública aliando-o com a atual conjuntura, na busca de alternativas para a construção de um projeto político-pedagógico, em defesa da educação pública e de qualidade que atinja o ensino básico e superior (informação via e-mail)³³.

A CSP-CONLUTAS esteve e está envolvida na construção e organização do ENE desde a primeira edição do Encontro buscando

contribuir na construção das bases para consolidar a existência de um espaço comum de todos os que lutam pela educação pública, objetivando garantir unidade de ação

³¹ Trecho da entrevista realizada junto ao CFESS via e-mail em maio de 2017.

³² Idem.

³³ Trecho da entrevista realizada junto à CSP-CONLUTAS via e-mail em junho de 2017.

para unificar greves, jornadas de lutas, diagnósticos sobre a situação da educação, iniciativas editoriais de organização de uma agenda que expresse os fundamentos da educação pública na perspectiva da classe trabalhadora, objetivando assegurar um real universalismo no direito à educação (informação via e-mail)³⁴.

A Federação Nacional dos Estudantes de Ensino Técnico (**FENET**) foi fundada em abril de 2011 e representa os estudantes do ensino técnico. Ela surgiu a partir da expansão da rede técnica de ensino e está presente em 22 estados brasileiros com a finalidade de representar os estudantes dessa modalidade de ensino. No ano de 2014, foi realizado o Encontro Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET, 201[?]). Dentre as propostas elaboradas a partir desse evento, está a defesa dos 10% do PIB para a educação pública; a exclusividade do uso do dinheiro público junto à educação pública; e a expansão da rede técnica de ensino com qualidade (FENET, 2014).

A FENET participou da construção do primeiro ENE de uma maneira mais reduzida devido à sua recente fundação. Para o segundo ENE, realizado em 2016, a FENET construiu ativamente o Encontro, tendo sido responsável pela realização de grupos de discussão e de mobilização de diferentes grêmios estudantis ligados ao ensino técnico em todo o país. Esse ator aponta que o ENE possibilita um espaço de integração entre as diferentes entidades e organizações envolvidas, assim como com os diferentes níveis de educação, como o superior e o básico, por exemplo e, ainda, a troca de experiências entre os atores envolvidos.

³⁴ Trecho da entrevista realizada junto à CSP-CONLUTAS via e-mail em junho de 2017.

Figura 04 – Bandeiras de alguns dos atores envolvidos no ENE durante o painel de abertura do Encontro



Arquivo do autor

Os diferentes atores sociais identificados e caracterizados e que se articulam em torno do ENE são ligados à classe trabalhadora e a organizações estudantis. Um elemento comum a esses atores é a luta pela construção de um projeto de educação que se oponha ao praticado pelo Estado como destaca, por exemplo, a FASUBRA ao apontar a relevância de se criar uma articulação de atores que se contraponha à lógica educacional vigente no país. Todos os atores identificados defendem a educação pública como elemento central do projeto que estão construindo.

A presença de sindicatos reforça o elemento classista da articulação produzida a partir do ENE juntamente com atores ligados a estudantes do ensino técnico e superior. Dessa forma, a articulação produzida a partir do ENE tem como referente os trabalhadores, mas não se restringe a objetivos corporativos. Essa articulação expressa a presença de atores plurais e heterogêneos que buscam construir alternativas ao projeto educacional vigente (RAUBER, 2001). Essa busca por uma construção que se oponha ao PNE vigente, em conjunto com a pluralidade de atores articulados caracteriza para Rauber (2001) uma articulação popular. Mas, pelos princípios do grupo, o elemento classista deve ser reforçado, visto que este é um elemento que aproxima os atores e que serve de base para a construção do projeto que os atores almejam. A dimensão popular refere-se à classe trabalhadora e a todos aqueles atores que enfrentam o poder estatal e que buscam construir alternativas. Nesse sentido, a articulação produzida entre os diferentes atores sociais aqui identificados pode ser caracterizada como

popular, tendo em vista que se opõe ao projeto educacional vigente e busca produzir um projeto de educação para o país, tendo como elemento central a proposta classista de construção em um sentido amplo, que contempla tanto os trabalhadores quanto os estudantes e os diferentes movimentos envolvidos no Encontro.

Considerando o conjunto de atores identificados e caracterizados neste capítulo e tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, parto a seguir para a descrição da articulação produzida entre esse conjunto de atores sociais. Essa descrição teve como base teórica as considerações de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) a respeito das estratégias interativas e dos estilos políticos praticados e de Rauber (2008; 2006; 2001) no que diz respeito à construção e organização dessa articulação.

6.2 A Articulação entre os Atores Sociais envolvidos no ENE

O segundo objetivo específico deste trabalho consistiu em descrever a articulação produzida entre os atores sociais envolvidos no ENE. Após a identificação e caracterização dos atores feita no capítulo anterior, parti para a descrição das interações e da articulação produzida pelos atores envolvidos no Encontro. Para a construção dessa articulação, os atores sociais partiram das interações predominantemente cooperativas produzidas no jogo social. Essas interações fazem parte das estratégias dos atores para que consigam atingir os objetivos que perseguem. Matus (1996a) considera que a estratégia é utilizada como modo de vencer um jogo dialético, em que há disputa e cooperação entre os atores. Quando em interação, os atores sociais desenvolvem tanto táticas quanto estratégias. A tática busca produzir mudanças de situação mais imediatas enquanto a estratégia refere-se ao uso dessa mudança situacional imediata para que o ator consiga atingir a situação objetivo que persegue.

Matus (1996a) coloca que, além de situacional, a estratégia sempre é interativa. Ela depende também dos outros atores que interagem com aquele que desenvolve a sua estratégia. Para Matus (1996a), existem três tipos puros de estratégia interativa: a Cooperação; a Oposição; e o Confronto Violento. O uso majoritário de uma dessas três estratégias interativas depende do estilo político praticado pelo ator. Para Matus (1996a), três são os estilos políticos: o estilo Chimpanzé; o estilo Maquiavel; e o estilo Gandhi. Os atores envolvidos no ENE partiram de estratégias predominantemente de cooperação para se articularem. As estratégias interativas de cooperação são praticadas em um contexto de confiança entre os

atores, em que esses tentam persuadir os demais de uma forma transparente. O acordo é o resultado dessa interação produzida pelos atores (MATUS, 1996a).

Matus (1996a) destaca que as alianças entre atores podem ser uma alternativa para acrescentar força durante a disputa no jogo social. “Todo ator social tem um espaço de aceitabilidade ético-ideológico que forma parte de sua personalidade” (MATUS, 1996a, p. 41). Quando os espaços de aceitabilidade de cada ator social são semelhantes, há a possibilidade para a cooperação. No caso do ENE, isso pode ser percebido pelos problemas identificados na educação e pelo projeto que os atores buscam construir.

A Oposição UNE destacou que

O principal problema da educação brasileira é financiamento; gestão também, mas não dá tanto. Falta de investimento. Do orçamento anual da UNIÃO, 3,4% é destinado à educação. 30% da juventude nas universidades, mas deveria ser mais em universidades públicas. 49% do PIB é destinado à dívida pública. 5,6% do PIB é destinado à educação. O Brasil deixou de investir em educação durante muito tempo. 10% do PIB para educação pública. Investimento atual é pouco, não pode comparar com outros países, por que esses investiram antes. Nossa realidade não é igual a deles (informação verbal)³⁵.

Já a ANEL apontou diferentes problemas percebidos nos diferentes níveis de ensino

A educação brasileira vive distintos problemas de acordo com suas diversas esferas. A educação infantil sofre com a escassez de unidades. Diria que o primeiro desafio seria uma expansão com qualidade desse serviço público tão fundamental.

A educação básica, apesar de com ampla cobertura, sofre com um intenso sucateamento, ausência de recursos estruturais, professores mal pagos, superlotação, reduzida equipe multiprofissional e etc.

Já o Ensino Superior, penso que os problemas são muitos, como nas demais. Mas alguns são mais estruturais. Primeiro que as universidades públicas seguem sendo altamente elitizadas; mesmo que tenham passado por um processo de expansão, toda a lógica de funcionamento dessas é elitizado. Ainda há muitos cursos que não são ofertados no noturno ou outros serviços que não funcionam nesse turno, como as secretarias. A assistência estudantil é insuficiente para metade dos que precisam e vem sofrendo ano a ano com cortes de bolsas (informação via e-mail)³⁶.

Assim como a ANEL, a FASUBRA se opõe às políticas de financiamento da educação no Brasil tendo em vista que são destinados recursos públicos para o setor privado de educação. Esse ator destacou também a autonomia universitária:

A constante defesa da autonomia universitária, no momento conjuntural em que se prevalece é a heteronomia universitária, uma profunda subordinação das decisões administrativas aos repasses financeiros, que são repassados mediante chantagem promovida pelos governos nos últimos anos (em expresso desrespeito com as decisões autônomas das Universidades) (informação via e-mail)³⁷.

³⁵ Trecho de entrevista realizada junto à Oposição UNE em maio de 2017.

³⁶ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em maio de 2017.

³⁷ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

O ANDES-SN destacou, assim como os demais atores, o desmonte da educação pública através do corte de verbas públicas.

Não está pautada no princípio da educação como direito de todos e dever do Estado e cumpre as exigências dos organismos internacionais e reafirma o projeto de educação que o governo vem impondo à sociedade como a transmutação da educação pública como um direito, para um serviço disponível no mercado (informação via e-mail)³⁸.

O CFESS e o SINASEFE também fizeram menção a não exclusividade de recursos públicos para a educação pública e colocou ainda a expansão do ensino superior sem a devida qualidade dos cursos superiores como outro problema identificado.

A CSP-CONLUTAS reforçou essa posição, indicando que

o principal problema da educação brasileira é a falta de investimento (informação via e-mail)³⁹.

Os problemas identificados por cada um dos atores são bastante próximos. Os atores apontaram a falta de investimentos, assim como a destinação de recursos públicos para o setor privado de ensino como os principais problemas na educação brasileira. Dessa forma, os espaços ético-ideológicos dos atores estão sobrepostos, formando uma aliança de atores a partir de problemas identificados em comum.

Além da sobreposição dos marcos ético-ideológicos, os problemas percebidos na educação brasileira por esse conjunto de atores são elementos importantes para a elaboração da análise situacional de cada um dos atores possibilitando a cooperação a partir de situações semelhantes. A situação refere-se à apreciação da realidade que um ator realiza para poder coordenar as suas ações e realizar a sua produção social (MATUS, 2005). Ao construírem o ENE, os atores sociais envolvidos no Encontro partiram de situações em comum. De acordo com Matus (1996a), a situação diz respeito ao ator que realiza essa apreciação; aquilo que um ator identifica ou deixa de identificar depende dos valores e objetivos que um ator possui ao atuar e interagir durante o jogo social.

Outra característica em comum das situações desses atores diz respeito à construção do PNE. Os atores ANDES-SN; FASUBRA; SINASEFE e OPOSIÇÃO UNE⁴⁰ participaram da construção do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira produzida durante a década de 1990. Conforme narrativa apresentada neste trabalho, o primeiro PNE ficou bastante aquém do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, tomando como referência central o Plano proposto pelo Poder Executivo. Para a formulação do segundo PNE esses quatro atores, em conjunto com os

³⁸ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

³⁹ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à CSP-CONLUTAS em junho de 2017.

⁴⁰ À época como UNE.

demais atores identificados e caracterizados neste trabalho, produziram diferentes ações em defesa da destinação de 10% do PIB para a educação pública de forma exclusiva. A destinação do percentual almejado por esses atores aparece na meta 20 do segundo Plano, que consistiu em “**ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir**, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a **dez por cento do PIB ao final do decênio**” (BRASIL, 2014a, p. 84, grifos meus). Porém, ainda que haja essa previsão na referida meta, a exclusividade não foi garantida. O parágrafo 4º do artigo 5º da Lei nº 13.005/2014 (lei do segundo PNE) aponta que

O **investimento público** em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a **meta 20** do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os **recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, e subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial** na forma do art. 213 da Constituição Federal (BRASIL, 2014b, grifos meus).

A partir desses dois momentos, pode-se considerar que, historicamente, o conjunto de atores estudados neste trabalho não teve êxito durante a produção do primeiro e do segundo PNE. Isso reforça a ideia da situação em comum identificada pelos atores, sendo essa semelhança entre os atores, juntamente com os objetivos perseguidos e com os problemas identificados elementos fundamentais para que esses atores interajam cooperativamente e busquem se articular para disputar o jogo social.

Durante a participação no Encontro e a partir das entrevistas realizadas percebi que os atores envolvidos no ENE buscam realizar debates transparentes, em que um ator tenta convencer o outro. Esse convencimento se deu através da persuasão de ideias, buscando assim construir consensos entre todos os atores.

Há o esforço para se buscar o **consenso**. Ninguém tenta impor o que sua entidade acha (informação verbal, grifos meus)⁴¹.

O trecho acima destaca a ideia do consenso durante as formulações produzidas e da articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE.

Os trechos das entrevistas realizadas junto ao ANDES-SN e ao SINASEFE destacam e reforçam a ideia de uma articulação de atores que ocorra em torno de consensos, ainda que esse por vezes demore a ser atingido:

⁴¹ Trecho de entrevista realizada junto à Oposição UNE em maio de 2017.

o objetivo inicial era a construção de um espaço unitário, horizontal e democrático com entidades classistas, de forma que as decisões sejam tomadas por **consenso** [...] (informação via e-mail, grifo meu)⁴².

O ENE se dá por **consenso**, ainda que em alguns momentos ele demore um pouco mais para ser alcançado (informação via e-mail, grifo meu)⁴³.

Referente à maior proximidade entre atores, a FENET destacou que possui uma atuação mais próxima ao ANDES-SN, uma vez que esse ator sempre tratou a FENET com bastante proximidade e por possuírem propostas bastante semelhantes, principalmente no que diz respeito ao financiamento da educação, e à Oposição UNE, tendo em vista que esse ator possui bastante experiência no movimento estudantil.

A ANEL indicou que possui a mesma proximidade com os outros atores e o ANDES-SN destacou que

com este método de espaço horizontal e reuniões frequentes todas as entidades participantes tem uma forte aproximação⁴⁴ (informação via e-mail).

Os atores sociais identificados destacaram a importância da construção de uma unidade articulada de diferentes atores que buscam atuar na educação como passo fundamental para produzir um projeto de educação que se oponha ao PNE vigente e às políticas oriundas desse Plano.

A FENET apontou

A preocupação com a integração com outros setores da educação. O ENE é uma possibilidade de debate sobre educação no país e possibilita a troca de experiência entre as organizações envolvidas (informação verbal)⁴⁵.

A OPOSIÇÃO UNE destacou que os diferentes projetos de educação que cada entidade busca construir acabam por ficar dispersos, sendo fundamental produzir um projeto que seja elaborado por diferentes atores.

[...] juntar todos os setores da educação para discutir um projeto de educação. Qual projeto a gente tem? Técnicos têm um, professores outro, estudantes outro. Que o ENE possa representar uma síntese das ideias e apresentar um projeto político de educação (informação verbal)⁴⁶.

O ANDES-SN indicou que a ausência de uma articulação entre diferentes atores foi um fato que impossibilitou o enfrentamento ao PNE aprovado.

[...] não havia uma articulação unitária das entidades sindicais e sociais. Por isso foi frágil o enfrentamento ao PNE do governo, por ausência de um movimento articulado e unitário em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Neste cenário o desafio era como articular os sindicatos de base e os movimentos sociais, além de entidades acadêmicas que tinham como consigna a defesa da educação

⁴² Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁴³ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao SINASEFE em junho de 2017.

⁴⁴ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁴⁵ Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

⁴⁶ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

pública, para fazer o enfrentamento e construir uma agenda de lutas e na construção de um projeto classista e democrático de educação. [...] Era necessário e urgente construir um espaço unitário e democrático de todos que lutam em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e esse espaço seria o ENE (informação via e-mail)⁴⁷.

A FASUBRA destacou a importância da articulação entre atores para poder disputar a produção de um projeto de educação para o país.

Fazer parte em conjunto com outras entidades sindicais, populares e estudantis, da construção de um campo político que tenha o objetivo de construir um projeto classista e democrático de educação, e assim construir condições hegemônicas para se fazer o contraponto ao projeto de educação posto no país hoje e nas últimas décadas que possui uma forte influência da ideologia do mercado (informação via e-mail)⁴⁸.

São evidentes as considerações feitas pelos atores sociais envolvidos no ENE acerca da importância da articulação entre diferentes atores para conseguir disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil. Partindo de estratégias predominantemente cooperativas, os atores buscam construir uma articulação para disputar a produção de um projeto de educação para o país.

Ainda que os atores partam de estratégias interativas de cooperação para a construção dessa articulação, alguns confrontos podem ser percebidos. Isso geralmente ocorreu entre atores que representam os mesmos segmentos e que pretendem marcar a sua posição no Encontro. A Oposição UNE apontou que existe certo distanciamento em relação à ANEL, ainda que partam de interações cooperativas e se articulem a partir do ENE:

A ANEL é oposição da UNE e optaram por construir outra entidade; apesar disso, conseguimos trabalhar dentro do ENE (informação verbal)⁴⁹.

Pude perceber a ocorrência dessas disputas quando houve a manifestação de palavras de ordem pelos estudantes ligados a diferentes atores sociais representantes dos estudantes. Enquanto um grupo de estudantes manifestava a sua palavra de ordem, os outros estudantes aguardavam a sua vez em silêncio. Finalizada a manifestação do primeiro, outro grupo estudantil iniciava a sua, buscando um volume sonoro mais alto. Os atores, nesse caso, mediam forças, não necessariamente em disputa, mas em representação aos seus grupos. Matus (1996a) coloca que as estratégias interativas são tipos puros, ou seja, uma determinada estratégia é desenvolvida de forma dominante, mas, ainda assim, os outros tipos de estratégia interativa também são desenvolvidos, ainda que em menor incidência. A figura a seguir apresenta a disposição desses atores em uma das manifestações do Encontro. À frente, utilizando roupas e bandeiras cor de laranja, estão pessoas vinculadas ao coletivo RUA –

⁴⁷ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁴⁸ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

⁴⁹ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

coletivo esse que faz parte da OPOSIÇÃO UNE. Juntamente com esse coletivo, estão pessoas vestidas de vermelho ligadas à OPOSIÇÃO UNE. Ao fundo da imagem, estão pessoas ligadas à ANEL carregando bandeiras verdes.

Figura 05 – Distribuição dos atores durante a marcha do dia 16/06/2017



Arquivos do autor

As estratégias interativas predominantemente de cooperação estão relacionadas com o estilo político praticado pelos atores quando em interação. O estilo político delimita as fronteiras do permitido e do proibido para um ator, definindo os meios que um ator irá utilizar para atingir os seus objetivos (MATUS, 1996a).

Os atores sociais envolvidos no ENE destacaram a relevância do consenso ao interagirem e buscarem se articular para produzir um projeto de educação para o país. Em relação a proposta da construção consensual, o ANDES-SN destacou que o fim dos consensos levou à desarticulação do FNDEP:

O ANDES reivindicava a retomada do FNDEP. Mas também avaliou que o FNDEP tinha chegado ao seu limite nos anos 2000. Não somente por conta do afastamento das entidades que defendiam o governo Lula, mas porque as mesmas não tinham mais **consenso** sobre os princípios do Fórum, como a defesa de verbas públicas exclusivamente para educação pública [...] (informação via e-mail, grifo meu)⁵⁰.

A proposta da busca por consensos, ainda que por vezes seja lenta e exija longos debates como destacou o SINASEFE, é um dos elementos centrais das estratégias interativas de cooperação. Historicamente, conforme destaque feito pelo ANDES-SN, o fim dos consensos levou à desarticulação dos atores. Com base nisso, a proposta da construção

⁵⁰ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

consensual surge como meio para garantir que as interações sigam sendo predominantemente cooperativas e que a construção de uma unidade articulada de atores seja produzida.

Assim como as estratégias interativas, os estilos políticos também são tipos puros. O ator pratica de forma predominante um determinado estilo político, sendo essa prática dependente não só dos valores do ator, mas também dos atores com os quais vai interagir. Ainda que presente nas interações entre os atores sociais envolvidos no ENE, o conflito mostrou-se de baixa intensidade. Ou seja, o consenso tem direcionado as interações para a produção da articulação a partir do ENE.

Em relação às definições e construção do ENE, a FASUBRA apontou que

as definições são debatidas e encaminhadas de forma coletiva, tanto no que se refere ao processo de construção do ENE, como também no processo de realização do ENE e suas deliberações durante o evento (informação via e-mail)⁵¹.

O fato de as definições oriundas do Encontro serem debatidas e elaboradas de forma coletiva está alinhado com a proposta do consenso entre os atores envolvidos no ENE. O projeto em construção é assim o objetivo maior para esses atores, conforme destaque feito pelo ANDES-SN

O II ENE, com tema Por um projeto classista e democrático de educação, teve como objetivo traçar, de forma sistemática, princípios, a partir de alguns eixos definidos consensualmente entre as entidades participantes da Coordenação nacional, e discutidos nos encontros preparatórios, para avançar na construção de um projeto de educação pública consolidado pela classe trabalhadora e a juventude (informação via e-mail)⁵².

Considerando os três estilos políticos elaborados por Matus (1996a), entendo que o estilo dominante praticado pelos atores sociais que interagem cooperativamente e que buscam articular-se a partir do ENE é o estilo Gandhi. Durante a minha participação no ENE, percebi que os atores não realizavam ameaças uns aos outros, buscando resolver seus conflitos através da busca do consenso entre as partes. O projeto que os atores buscam construir a partir do ENE sempre foi destacado como o elemento central para a articulação, devendo ser colocado acima dos interesses e objetivos individuais que um ator possa ter. Pude perceber a busca pelo consenso e pela centralidade da produção de um projeto no momento da elaboração da Declaração Política do II ENE. Esse documento foi elaborado no último dia da etapa nacional do Encontro, e demorou bastante tempo até que fosse finalizado. Boa parte do tempo para a elaboração dessa declaração foi dedicada à busca pelo consenso entre os atores em relação ao conteúdo a constar no documento final. Um exemplo disso se deu na definição das tarefas a serem desenvolvidas pelos atores após a realização do ENE de 2016. Durante a definição

⁵¹ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

⁵² Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

dessas tarefas certos atores entendiam que era necessário construir uma greve geral de todos os trabalhadores do Brasil. Outros atores entendiam que a situação em que cada um se encontrava não permitia essa construção, sendo necessário buscar uma mobilização e realização de uma greve dos setores ligados à educação no país.

Depois de muito debate, chegaram ao consenso de que construir uma greve geral de todos os trabalhadores iria requerer uma grande capacidade de produção que esses ainda não possuíam. Dessa forma, optou-se por colocar no documento final a tarefa de construção de uma greve dos setores da educação, mas que também se buscasse discutir com outras entidades e organizações a possibilidade de construção de uma greve geral nacional.

Ainda que Matus (1996a) coloque que o estilo político de Gandhi seja muito especial, quase não tendo ocorrido na história, a baixa intensidade de conflito entre os atores envolvidos no ENE, o alto valor que o projeto em construção tem para esses e a adoção do consenso entre os atores, como elemento central para as definições, são características que indicam a prevalência da adoção do estilo político Gandhi durante as interações predominantemente cooperativas desenvolvidas por esses atores na construção de uma articulação a partir do ENE.

Ao adotarem predominantemente o estilo Gandhi e desenvolverem estratégias de cooperação, os atores sociais envolvidos no Encontro buscam construir uma unidade de ação coletiva e articulada. Essa unidade de ação busca aumentar o poder desses atores para que possam atuar de forma unitária e com mais força no jogo social. Essa articulação atualmente se denomina CONEDEP e busca produzir, de maneira articulada, outro projeto de educação para o país.

Para Rauber (2006), a articulação entre atores que pretendem transformar a realidade é um passo indispensável para a produção de alternativas concretas de ação. Identificar os centros de problema para atores que buscam se articular é uma etapa primordial na construção dessa articulação. Conforme já exposto anteriormente, os atores sociais identificados apontaram problemas no setor da educação que possibilitaram a aproximação entre esses. Esses problemas podem ser considerados elementos aglutinadores, aproximando atores. Isso significa que os atores passam a ter uma ação integrada, solidarizando-se uns aos outros, levando em conta os seus problemas e buscando construir alternativas que contemplem os atores articulados e envolvidos no Encontro.

A FENET colocou que a articulação junto ao conjunto de atores envolvidos no ENE se deu devido à

preocupação com a integração com outros setores da educação. O ENE é uma possibilidade do debate sobre educação no país. Utilizar experiência das outras organizações (informação verbal)⁵³.

Essa passagem salientou a possibilidade que o ENE oferece aos atores articulados em ser um espaço não só de articulação, mas também de debates e de troca de experiências entre os ali envolvidos. Por meio desses debates e de trocas os atores vão se articulando, tornando-se mais próximos uns aos outros e atuando em torno da construção de alternativas para que consigam produzir um projeto de educação que faça oposição ao projeto educacional vigente. Para eles, pode-se dizer que o problema central que todos os envolvidos no ENE compartilham refere-se ao PNE. Esse Plano, enquanto instrumento legal estipula diretrizes e metas para a educação brasileira em todos os níveis de ensino. Identificando esse centro de problemas compartilhado, os atores articulam-se em torno do ENE em busca da construção de um projeto educacional que atenda igualmente aos diferentes níveis de ensino partindo dos seis eixos elaborados pelos atores quando da realização do II ENE que serviram como pontos de partida na busca pela produção desse projeto. Nesse sentido, é importante a aproximação e articulação de atores que possuem como agenda de ação diferentes níveis de ensino, conforme apontou a OPOSIÇÃO UNE. Esse ator historicamente atua em relação a questões ligadas ao nível superior de ensino, buscando no ENE:

A– Unidade entre os setores da educação; B– buscar **agregar outros setores para discutir**; C– não apenas criticar o projeto, mas ter também o que apresentar para a educação brasileira. **Educação superior como uma cadeia, uma depende da outra**; e D– **ter mais relação da discussão com o ensino básico, ensino técnico, a creche, o ensino médio** (informação verbal, grifos meus)⁵⁴.

As passagens grifadas apontam a intenção desse ator em buscar articular-se para poder construir um projeto de educação que contemple os diferentes níveis de ensino, visto que considera a educação superior como uma cadeia, no sentido de que a qualidade da educação superior depende dos demais níveis de ensino e vice-versa. Devido a isso, a OPOSIÇÃO UNE considera de extrema importância os debates e a construção articulada junto a atores ligados aos diferentes níveis de ensino e à classe trabalhadora.

Essa posição foi também destacada pela CPS-CONLUTAS e pela ANEL, conforme passagens a seguir:

Ao fazer parte do ENE, a CSP/Conlutas tem como objetivo básico contribuir na construção das bases para consolidar a existência de um espaço comum de todos os que lutam pela educação pública (informação via e-mail)⁵⁵.

⁵³ Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

⁵⁴ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

⁵⁵ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à CSP-CONLUTAS em junho de 2017.

Contribuir e articular um amplo espaço de elaboração de um projeto de educação pública e gratuita (informação via e-mail)⁵⁶.

A articulação entre atores impulsiona as lutas que veem desenvolvendo historicamente, visto que as agendas passam a ser compartilhadas configurando uma agenda única de ação. O Encontro pode assim ser visto como uma instância que busca promover a coordenação e direcionar a ação dos atores como uma unidade de ação em torno de um objetivo único e central para os atores articulados.

Articulados e com um projeto político de caráter estratégico que direcione a produção de cada um dos atores torna-se possível que constituam aquilo que Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) chama de sujeito sociopolítico. A possibilidade dessa constituição será explorada no capítulo seguinte da presente análise.

Para analisar essa articulação, as contribuições de Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) são pertinentes para a análise da organização do conjunto de atores envolvidos no Encontro para disputar o jogo como um coletivo de atores que atua como uma unidade.

6.3 A Constituição do Sujeito Sociopolítico

A articulação entre atores que buscam construir alternativas em torno de uma temática específica é o passo inicial do processo de constituição de um sujeito sociopolítico. No caso do presente trabalho, os atores sociais articulam-se para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil como uma unidade de ação que tenha mais força no jogo social. Como uma coordenação, os atores aproximam os seus interesses e buscam construir uma agenda única que impulse as lutas que desenvolvem através da ação articulada.

O sujeito sociopolítico é constituído a partir da articulação de diferentes atores sociais ligados a um setor específico em torno de um projeto político de caráter estratégico que dê continuidade e amplie as lutas já desenvolvidas pelos atores. Esse projeto orienta a ação dos atores para que essa ocorra de forma coletiva e em busca dos objetivos compartilhados (RAUBER, 2006).

A articulação necessária para a constituição de um sujeito sociopolítico tem como ponto de partida as interações entre os atores. Partindo de interações predominantemente cooperativas, os atores formam alianças e se articulam para disputar a produção no jogo

⁵⁶ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em junho de 2017.

social. Quando articulados, os atores podem constituir o sujeito sociopolítico para disputar a produção social como uma unidade que produz fatos e jogadas de maneira coordenada. O processo de constituição de um sujeito sociopolítico não depende apenas da articulação dos atores; ele requer que os atores articulados trabalhem permanentemente e de forma coordenada na sua constituição e tenham um projeto que oriente a sua ação como uma unidade.

Para a constituição de um sujeito sociopolítico, Rauber (2001) destaca algumas práticas que podem colaborar com esse processo. A primeira dessas práticas refere-se à promoção da participação plena dos atores articulados tanto no processo de tomada de decisões quanto na execução dessas respeitando as capacidades de cada um. A ANEL e a FASUBRA destacaram essa participação, indicando que

Todas as entidades envolvidas têm espaço para apresentar suas elaborações, seja por meio de indicações de nomes para as mesas de debate, seja pela coordenação dessas ou até mesmo pelo mais básico que é a elaboração das propostas iniciais ou a edição da carta final (informação via e-mail)⁵⁷.

Na construção do II ENE foi promovido de forma democrática e aberta a promoção de todas as entidades e organizações envolvidas (informação via e-mail)⁵⁸.

Em relação ao respeito às capacidades, tanto a OPOSIÇÃO UNE quanto a FENET apontaram que esse respeito ocorre visto que os limites de cada ator são respeitados e que aqueles que possuem maiores capacidades se dispõem a realizar mais atividades.

Todas as organizações são escutadas. Não atropelam, tenta ter uma unidade até a limitação das entidades. O que é consenso vai. Não há boicote (informação verbal)⁵⁹.

As tarefas são divididas pelas condições das entidades. Sempre trazer mais entidades, dividindo o máximo possível. Algumas entidades têm mais tarefas por que se propõem a ter mais atividades (informação verbal)⁶⁰.

A segunda das práticas apontadas por Rauber (2001) refere-se ao respeito das especificidades de cada um dos atores sociais articulados nesse processo de constituição de um sujeito sociopolítico. Durante a participação que tive junto à etapa nacional do Encontro, pude perceber que esse respeito às especificidades de cada ator existe, sendo um dos traços marcantes da articulação entre esse conjunto de atores.

Lembro aqui de quando ocorriam as definições das ações a serem realizadas após o Encontro em que havia uma pessoa encarregada de capitanear essa atividade.

⁵⁷ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em junho de 2017.

⁵⁸ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

⁵⁹ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

⁶⁰ Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

Figura 06 – Um dos momentos de definição durante o ENE 2016 em Brasília



Arquivos do autor

Quando ocorriam as definições, as pessoas ligadas a um determinado ator se manifestavam: uns batiam palmas e outros optavam por entoar palavras de ordem celebrando essa definição. Essas manifestações faziam com que por vezes as definições demorassem a ocorrer, tendo em vista que cada um dos atores entoava os seus cantos ou compartilhavam a entoação de uma palavra de ordem. Em momento algum houve a repreensão por parte dos representantes dos outros atores àqueles que prolongavam as suas manifestações. Isso sinaliza o respeito às especificidades por parte de cada um dos atores envolvidos no ENE. A figura 06 apresenta o momento em que um novo encaminhamento estava sendo anunciado e a figura 07 a manifestação por parte de diferentes atores após esse novo anúncio. É pertinente destacar ainda que na figura 07 estão celebrando conjunta e simultaneamente a OPOSIÇÃO UNE⁶¹, a FENET⁶² e a ANEL⁶³.

⁶¹ Em laranja, representada por integrantes do Movimento RUA.

⁶² Em branco, bem à frente na figura.

⁶³ Em verde, ao fundo da imagem.

Figura 07 – Manifestação após um novo encaminhamento



Arquivos do autor

A OPOSIÇÃO UNE destacou esse respeito bem como a vontade de se manter a articulação.

Todos tentam entender os limites dos outros. Tem pensamentos diferentes, mas há a disposição para se fazer. Trabalhar em conjunto (informação verbal)⁶⁴.

A ANEL também destacou a importância da manutenção dessa articulação e retomou ainda a questão do consenso entre os atores e a CSP-CONLUTAS apontou para a construção da unidade de ação como um objetivo compartilhado pelos diferentes atores.

Apesar de haver diferenças pontuais, as diversas entidades envolvidas compreendem o valor estratégico dessa articulação. E uma medida importante é que a coordenação, assim como era no comitê, funciona por consenso e só admite a participação de entidades (informação via e-mail)⁶⁵.

Há um grande respeito entre todas as entidades e organizações que estão envolvidas no ENE. Mesmo, quando há certas diferenças de concepção, nos debates realizados, há um esforço por parte de todos, para que sejam feitos acordos para a unidade de ação (informação via e-mail)⁶⁶.

A ideia do consenso juntamente com a busca pela unidade de ação reforça a proposta da articulação entre esses atores que tenha por base o respeito às especificidades de cada um. O trecho a seguir da entrevista realizada junto à FASUBRA faz menção ao projeto político de ação que os atores articulados em torno do ENE buscam construir.

Avalio que as entidades e organizações que estão envolvidas no ENE respeitam as diferenças existentes, pois a construção do ENE se pauta na realização de debates e atividades que pautam um projeto classista e democrático para a educação. As entidades fazem proposições de debates e ações que atuam dentro desses marcos. [...] Então, desde as fases preparatórias nas localidades até a fase nacional, se

⁶⁴ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

⁶⁵ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em junho de 2017.

⁶⁶ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à CSP-CONLUTAS em junho de 2017.

realizam os debates que conseguem produzir sínteses que dialogam com o projeto classista e democrático para a educação (informação via e-mail)⁶⁷.

Os atores identificados apontaram para a inexistência de hierarquia, sendo o ENE um espaço de articulação horizontal. Ainda assim, existem atores que executam a função de convocação para atividades com mais frequência, como destacou a OPOSIÇÃO UNE:

Não há hierarquia. De pegar mais o trabalho, o ANDES puxa mais, eles que dizem que tem de fazer reunião. Eles não impõem, mas capitaneiam a organização do encontro (informação verbal)⁶⁸.

A FENET destacou novamente a proposta do consenso entre os atores, ainda que por vezes esse demore a ser atingido especialmente entre atores ligados ao movimento estudantil.

As entidades não discordam quanto à distribuição das atividades. Quando uma atividade tem mais de um interessado, ou fazem coletivamente, ou uma abre mão para fazer outra. Se busca um consenso. Normalmente, entre movimento estudantil é um pouco mais difícil, busca contentar todas essas entidades. O consenso é buscado (informação verbal)⁶⁹.

A FASUBRA, assim como os demais atores, apontou para a inexistência de hierarquia e destacou ainda o II ENE como sendo um espaço de respeito às diferenças e de promoção da participação de cada um dos atores.

A FASUBRA Sindical não percebeu nenhum tipo de hierarquia. O II ENE procurou garantir a presença nas mesas de abertura e encerramento, da representação de todos os segmentos que estavam na organização do evento. No decorrer do II ENE, as entidades estavam com total liberdade para promover a quantidade de oficinas que quisessem, sem diferenciação de entidade para entidade (informação via e-mail)⁷⁰.

Os elementos apresentados anteriormente reforçaram a proposta da articulação entre atores sociais que tenha por base o consenso, o respeito às especificidades de cada ator e a garantia da plena participação dos que se articulam na construção de um projeto de educação que se oponha ao PNE vigente. O projeto político é apontado por Rauber (2008; 2006) como elemento central para que as lutas que os atores desenvolvem sejam mantidas e ampliadas em torno de um objetivo comum compartilhado, configurando assim um caráter estratégico à ação desse coletivo. As lutas de cada um dos atores articulados em torno do ENE servem como de pontos de partida para a construção desse projeto. Porém, além dessas lutas, é necessário que os atores articulados construam um projeto coletivo de ação. Esse projeto deve sintetizar os objetivos dos atores e orientar a ação desses enquanto sujeito sociopolítico.

A ANEL apontou para a construção desse projeto como a expressão das lutas que os atores desenvolvem historicamente e destacou que a articulação de diferentes atores, ligados aos diferentes níveis de ensino, possibilita a ampliação das lutas já desenvolvidas.

⁶⁷ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

⁶⁸ Trecho de entrevista realizada junto à OPOSIÇÃO UNE em maio de 2017.

⁶⁹ Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

⁷⁰ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à FASUBRA em junho de 2017.

São diversas as entidades e oposições integrantes dessa articulação. Em primeiro lugar pela diversidade, seja da educação básica, universitária, estudantil, docente, técnico-administrativo e etc. Essas diversas visões distintas do processo educacional por si só já confere uma profundidade de compreensão da educação, seus problemas e possíveis soluções. Depois do pioneiro ENE no Rio de Janeiro, em Brasília confirmamos que há uma necessidade real no movimento educacional por espaços como esse. Por isso, acho que sim, esse projeto é capaz de ampliar as lutas já desenvolvidas, em primeiro lugar porque ele já é expressão dessas (informação via e-mail)⁷¹

Assim como a ANEL, a FENET destacou a pluralidade de atores como uma característica relevante nessa articulação por incluir diferentes interesses na construção de um projeto de educação que contemple cada um dos atores.

O projeto de educação que se debate é profundo. É um projeto político de uma educação democrática, inclusiva, mães terem acesso e dos seus filhos. Projeto político completamente diferente. Interações ajudam muito. Diferentes perspectivas sobre um mesmo tema. A gente se vicia a olhar a partir de onde estamos, quando interagem com outros setores, o entendimento é ampliado para além do que se vê. Enxergar um mesmo problema de um ponto de vista diferente (informação via e-mail)⁷².

O ANDES-SN destacou a importância dessa articulação para a construção de um projeto de educação, apresentando os seis eixos de trabalho do II ENE como os elementos que esse projeto deve ter por base.

A compreensão inicial é que a construção do projeto classista e democrático de educação só será possível de se concretizar por meio de amplas discussões, que envolvam todos os lutadores que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade. O II ENE estabeleceu as bases iniciais para a construção do projeto classista e democrático de educação, a partir de seis eixos como: Avaliação; Trabalho e Formação de trabalhadores da educação; Acesso e permanência; Gestão; Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais e Financiamento (informação via e-mail)⁷³.

Em cada um desses eixos temos princípios que, a partir da realização dos encontros preparatórios para o III ENE e um bom diagnóstico da situação atual da educação brasileira, deverá orientar na construção do Projeto de educação classista e democrático (informação via e-mail)⁷⁴.

O SINASEFE reforçou a importância dos eixos na produção de um projeto de educação para o Brasil que amplie as lutas que os atores vêm desenvolvendo.

As características estão expressas nos eixos. Assim batalhamos por uma educação classista e que combata as diversas opressões. Esse projeto é capaz de ampliar as lutas. Primeiro porque amplia a participação de pessoas na sua formulação. Segundo porque fornece um programa a ser defendido. Terceiro porque possibilita a ampliação das diversas bases e movimentos (informação via e-mail)⁷⁵.

⁷¹ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto à ANEL em junho de 2017.

⁷² Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

⁷³ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao SINASEFE em junho de 2017.

O ANDES-SN colocou ainda que o ENE foi construído para ser um espaço de articulação entre atores e que, após duas edições do Encontro, a intenção é de que se construa um projeto de educação.

Hoje, após dois ENE, o objetivo é fortalecer e ampliar este espaço, agregando outros movimentos sociais, populares e sindicais e no III ENE que ocorrerá em 2018, elaborar o projeto classista e democrático de educação com uma agenda de lutas (informação via e-mail)⁷⁶.

Os eixos definidos servem de pontos de partida para a construção do projeto dos atores articulados. Esse projeto ainda não foi formulado pelos atores, conforme destaque feito anteriormente pelo ANDES-SN. O CFESS destacou a necessidade de que práticas permanentes de trabalho sejam mantidas após a realização do II ENE.

Sentimos ainda maior necessidade de pautarmos de forma mais cotidiana nossos posicionamentos coletivos sobre alguns temas conjunturais que tem sido urgentes na sociedade brasileira (informação via e-mail)⁷⁷.

No sentido de dar sequência às ações de forma articulada, após o segundo Encontro, foi definido que os atores buscariam realizar seminários regionais que tivessem por base os eixos do Encontro e que buscassem manter práticas de trabalho em torno da construção de um projeto de educação para o Brasil. Esses seminários foram realizados ao longo do ano de 2016 e 2017. No RS foi lançado em novembro de 2016 o Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública, Classista e Democrática: Fortalecendo o ENE pelo grupo que coordenou a realização das etapas municipal de POA e estadual do Encontro com a intenção de manter práticas permanentes de trabalho após a realização do segundo ENE.

Além da realização dos seminários regionais, a CONEDEP realizou algumas reuniões após a realização do segundo Encontro. Logo após o ENE de 2016, a Coordenação se reuniu em São Paulo (SP) no dia 29 de julho de 2016. Essa reunião buscou avaliar a realização do Encontro considerando aspectos políticos e financeiros e construir o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública. A data indicada foi 11 de agosto – data conhecida como Dia do Estudante. Nessa data foram realizadas manifestações e debates a respeito da educação em diferentes estados do país (CONEDEP, 2016).

⁷⁶ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁷⁷ Trecho da entrevista realizada junto ao CFESS via e-mail em maio de 2017.

Figura 08 – Ato realizado em Belém (PA) no Dia Nacional em Defesa da Educação Pública



Fonte: ANDES-SN (2016)

No dia 11 de agosto de 2016, ocorreram diferentes manifestações e debates em defesa da educação pública. Na capital do Rio de Janeiro, em Santa Maria (RS) e em Belém, estudantes, docentes e técnicos administrativos realizaram atos em defesa da educação pública e gratuita; em Vitória, capital do Espírito Santo, foi promovido um seminário em defesa da educação pública e gratuita (ANDES-SN, 2016).

Passados seis meses após a realização dos atos do dia 11 de agosto de 2016, a CONEDEP se reuniu novamente no dia 16 de fevereiro de 2017. Essa reunião teve como foco central a construção do III Encontro. Além de buscar iniciar os trabalhos para a construção do terceiro ENE, os participantes dessa reunião, ligados aos atores que compõem a CONEDEP, elaboraram uma nota de orientação para as ações futuras, orientando que cada uma das entidades e organizações construam ações regionais em defesa da educação pública (ENE, 2017a).

Mais recentemente, no dia 28 de junho de 2017, a CONEDEP realizou nova reunião na cidade de Brasília – Distrito Federal. Os atores que participaram dessa reunião, como o ANDES-SN, o CFESS, a CSP-CONLUTAS, o SINASEFE, a FASUBRA, a FENET e a OPOSIÇÃO UNE informaram que estão mantendo ações em diferentes estados brasileiros de oposição às medidas do governo federal. O ANDES-SN colocou que “[d]esde a última da reunião da CONEDEP, o ANDES-SN tem participado ativamente das atividades relacionadas às lutas para derrotar as contrarreformas em curso, tanto no âmbito nacional quanto em cada estado” e a FASUBRA informou que já iniciou os trabalhos para a realização do III Encontro. Ao final da reunião, os presentes encaminharam que as reuniões da Coordenação deverão

ocorrer a cada dois meses ficando a próxima reunião marcada para o dia 16 de agosto de 2017 em Brasília (ENE, 2017b).

A realização das reuniões após o segundo ENE, juntamente com o ato do dia 11 de agosto de 2016, indicam que a Coordenação busca manter práticas de trabalho permanente em torno da produção de outro projeto de educação para o Brasil. A produção desse outro projeto depende da capacidade de articulação entre os atores envolvidos no Encontro. Rauber (2008; 2001) coloca que práticas de trabalho permanente contribuem para a manutenção e desenvolvimento da articulação entre os atores. Nesse sentido, uma alternativa para que a articulação entre os atores seja mantida como um dos princípios na construção desse outro projeto é o desenvolvimento de ações regionais a partir da articulação das bases de cada um dos atores articulados em torno do ENE. A articulação deve ser assim um princípio transversal, estimulada e promovida nas bases regionais até espaços de produção mais amplos. O lançamento dos fóruns regionais, como o caso do Fórum Gaúcho, indica que os atores envolvidos no ENE já desenvolveram ações regionalizadas em conjunto com outras entidades e organizações que atuam e constroem o Encontro, como por exemplo, o Alicerce e o MLS, entidades que identifiquei durante a frequência às reuniões regionais do ENE e que construíram as etapas de POA e do RS do Encontro.

A realização dessas ações regionais deve buscar atuar em diferentes frentes, tendo como objetivo a mobilização de diferentes atores, entidades e organizações que intervenham nas lutas ligadas à educação em todos os níveis de ensino. O ANDES-SN possui 121 sessões regionais e o SINASEFE possui 94; o CFESS, a CSP e a FENET estão presentes em diferentes estados brasileiros. A CONEDEP já está constituída, o que já representa um avanço na articulação desses atores em torno da construção de outro projeto de educação para o Brasil, mas essa construção pode ser impulsionada pela articulação das bases regionais de cada um dos atores envolvidos no ENE.

A articulação e a manutenção de práticas de trabalho permanente regionais, organizados a partir da CONEDEP, podem fazer com que construam e acumulem poder através da formação de um projeto de educação para o país. Nesse sentido, é fundamental que os atores articulados em torno do ENE na CONEDEP busquem definir o projeto de educação em conjunto com as ações que devem ser realizadas.

Com o indicativo de que as reuniões da CONEDEP serão realizadas a cada dois meses, os atores buscarão construir o III ENE mantendo práticas de trabalho permanentes. Essa iniciativa de manter uma prática permanente de trabalho vai ao encontro das propostas de Rauber (2008; 2001) no que diz respeito à articulação de atores para a constituição de um

sujeito sociopolítico. O Encontro é um espaço de articulação para os atores sociais que buscam produzir um projeto de educação para o Brasil que tenha como referência a educação pública. A articulação que os atores promovem a partir do ENE busca produzir esse projeto através da configuração de uma agenda única de ação. O projeto não está definido, mas possui eixos que orientam a sua elaboração.

Por ainda estar construindo o projeto político, a articulação dos atores sociais em torno do ENE está constituindo o sujeito sociopolítico. Os atores respeitam as diferenças e a articulação produzida é plural e não apresenta hierarquia entre os atores, mas o projeto político de ação é apontado por Rauber (2006) como o caminho para a construção e acumulação de poder. Sem que esse projeto esteja construído, as ações dos atores podem se dispersar podendo fragilizar a articulação já realizada. O projeto configura continuidade de ação, atribuindo assim um caráter estratégico à ação desses atores, visto que estará orientada por um objetivo coletivo e central para o sujeito sociopolítico. Construir esse projeto é um passo essencial no processo de constituição do sujeito sociopolítico para que se dispute a produção de um projeto de educação para o Brasil como uma unidade de ação.

Ainda que estejam em processo de constituição de um sujeito sociopolítico, os atores sociais destacaram avanços a partir da construção e realização do ENE. A FENET indicou que o principal avanço foi a construção de uma unidade de ação.

As pautas, que eram separadas, passaram a ser coletivas (informação verbal)⁷⁸.

O ANDES-SN apontou para o processo de articulação entre atores após a realização das duas edições do Encontro.

O I ENE teve como objetivo reaglutinar as entidades sociais de esquerda, após mais de 10 anos, para discutir e confrontar o projeto educacional dominante, e traçar a partir de alguns eixos, uma proposta alternativa de educação para o país. O II ENE, com tema, Por um projeto classista e democrático de educação, teve como objetivo traçar, de forma sistemática, princípios, a partir de alguns eixos definidos consensualmente entre as entidades participantes da Coordenação nacional, e discutidos nos encontros preparatórios, para avançar na construção de um projeto de educação pública consolidado pela classe trabalhadora e a juventude (informação via e-mail)⁷⁹.

Considerando esse processo, o ANDES-SN indicou ainda que o III ENE, que ocorrerá em 2018, buscará construir o projeto de educação dessa articulação de atores.

O III ENE, que ocorrerá em 2018, terá como objetivo a construção do Projeto Classista e democrático de educação para contrapor ao projeto hegemônico do governo, além de avançar na luta pela educação pública com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e estudantes (informação via e-mail)⁸⁰.

⁷⁸ Trecho de entrevista realizada junto à FENET em maio de 2017.

⁷⁹ Trecho de entrevista realizada via e-mail junto ao ANDES-SN em maio de 2017.

⁸⁰ Idem.

O CFESS, a FASUBRA e o SINASEFE indicaram, que após a realização das duas edições do ENE, não perceberam avanços na disputa pela produção de um projeto de educação para o Brasil. Esses atores destacaram que o ENE e a articulação entre o conjunto de atores são recentes, mas acreditam que o fato de estarem buscando atuar articulados a outros atores contribui para que produzam um projeto educacional que faça frente ao PNE vigente.

A constituição de um sujeito sociopolítico é um processo que vai além da reunião de atores e das suas lutas. Essa constituição requer que essas lutas sejam ampliadas e compartilhadas pelos diferentes atores articulados, mantendo práticas permanentes de trabalho coordenado e que esses produzam um projeto político alternativo que oriente a ação dos atores constituintes do sujeito sociopolítico (RAUBER, 2006).

Os atores apontaram que no ano de 2018 ocorrerá a terceira edição do ENE na qual se buscará produzir um projeto de educação que oriente a ação articulada dos atores. Para que essa produção seja realizada, é importante que os atores mantenham práticas permanentes de trabalho articulados uns aos outros antes e após a realização dos Encontros. Quando da construção desse projeto, é possível que os atores compartilhem plenamente os seus objetivos de ação e possam assim constituir um sujeito sociopolítico que atue como uma unidade orientada por um projeto.

Ainda que não tenham produzido um projeto de ação, os atores possuem elementos centrais para a construção deste. Os seis eixos que direcionaram os debates e ações durante o ENE indicam os problemas percebidos pelos atores junto à educação brasileira e apontam para alternativas. Outra referência para a produção do projeto de educação é o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Nos anais do I ENE o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira apareceu como um dos parâmetros, devendo essa proposta ser atualizada de acordo com a situação percebida pelos atores sociais articulados em torno do ENE (ENE, 2014). No Relatório Final do II ENE, a referência e a atualização do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira apareceram novamente como elementos chaves para a produção de outro projeto de educação para o Brasil (ENE, 2016b).

Para atualizar o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e dar sequência na produção do seu projeto de educação os atores sociais articulados em torno do ENE devem considerar as mudanças políticas e no setor da educação ocorridas no Brasil. Após o processo de impedimento que retirou da Presidência da República a ex-Presidenta Dilma Roussef e deu posse ao Vice-presidente Michel Temer – inicialmente de forma interina e, em seguida, definitivamente – uma série de atos foram produzidos pelo governo federal buscando retirar direitos dos servidores públicos, alterar as normas que regulamentam as relações de trabalho,

reduzir os gastos do serviço público e reformar o sistema de educação brasileiro⁸¹. Além dessas ações por parte do governo federal, os governos de diferentes estados promoveram ajustes que visaram à redução dos gastos públicos em conjunto com o parcelamento e atraso dos salários dos trabalhadores a nível estadual⁸². Esses fatos produzidos motivaram diferentes atores sociais, incluindo os que estão articulados no ENE, a produzir ações de oposição. A participação dos atores envolvidos no ENE na produção de ações de oposição às jogadas produzidas pelo governo federal e dos estados faz com que esse atores coloquem de lado, ainda que momentaneamente, a realização de práticas específicas ligadas à produção de outro projeto de educação, uma vez que os atores estão envolvidos em lutas ligadas às reformas trabalhistas, da previdência, ao corte de recursos para o serviço público dentre outras.

A conjuntura política brasileira reforça a importância do aprofundamento e ampliação da necessidade das lutas desenvolvidas pelos atores que se contrapõem às medidas governamentais bem como daqueles que pretendem produzir outro projeto de educação para o país. Dessa maneira, para que os atores sociais articulados em torno do ENE possam disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil, é necessário que atuem de forma articulada, constituindo um sujeito sociopolítico e acumulando o poder necessário para que tenham força ao disputarem a produção com os demais atores interessados em atuar no jogo social.

6.4 A Constituição do Sujeito Sociopolítico e a Acumulação de Poder

A constituição do sujeito sociopolítico tem implicações ligadas ao acúmulo de poder pelos atores. Essa acumulação de poder é resultado da ação coordenada a partir de um projeto político que orienta a produção do sujeito sociopolítico. Rauber (2008; 2001) indica que não

⁸¹ Dentre essas ações merecem destaque a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, conhecida como Novo Regime Fiscal. Essa proposta foi promulgada pelo Congresso Nacional em 15/12/2016 e fixou um teto para as despesas primárias para os próximos vinte anos que passa a ser corrigido pela inflação. A saúde e a educação deixaram de receber um percentual fixo da receita corrente líquida (RCL) de impostos do governo federal, passando o valor a ser corrigidos pela inflação e não mais variando conforme a RCL. A Reforma do Ensino Médio que, dentre outros, torna obrigatórias apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e inglês. Em oposição a essas ações, uma série de atos, manifestações e ocupações foram realizadas em todo o Brasil desde o início do ano de 2016.

⁸² No RS os servidores estaduais estão recebendo os salários de forma parcelada desde o início do governo Sartori. Em julho de 2017a Universidade Estadual do Rio de Janeiro anunciou o adiamento do início das aulas do segundo semestre do referido ano devido à falta de recursos para o pagamento das empresas terceirizadas, bem como devido ao atraso no pagamento dos salários dos docentes e funcionários dos meses de maio e junho de 2017 e do décimo terceiro salário de 2016.

há sujeito sem projeto, assim como não há projeto sem sujeito. Dessa forma, o projeto é entendido como fundamental para o acúmulo de poder, sendo o elemento que atribui sentido estratégico à produção do sujeito sociopolítico para que a ação deste ocorra de forma coordenada.

A ação coordenada do sujeito sociopolítico depende da organização dos atores. Galbraith (1999) coloca que a organização confere aumento de poder por indicar o número de grupos que se unem em torno de um propósito único e compartilhado, permitindo o controle de diferentes recursos. Matus (1996a), a partir desse autor, destaca que a organização é fonte de poder complementar por indicar a perícia com que se realizam as jogadas. O sujeito sociopolítico – constituído através da articulação entre os atores envolvidos no ENE e da produção de um projeto político de ação que o oriente – representa e atua como uma unidade de ação entre atores. Essa unidade de ação é marcada pela articulação de diferentes atores, o que pode levar a um aumento na perícia com que o sujeito sociopolítico irá produzir, visto que os diferentes atores possuem experiências que podem ser compartilhadas no projeto elaborado que orienta a sua produção. Além da possibilidade de aumento da perícia com que produz, a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE possibilita que o sujeito sociopolítico controle diferentes recursos econômicos, políticos e organizacionais. O controle desses recursos potencializa o peso da ação do sujeito, aumentando assim o seu VP. Essas duas vias fazem parte da estrutura de poder dos atores, e podem ser ampliadas a partir da articulação dos atores sociais envolvidos no ENE potencializando o poder do sujeito sociopolítico.

A construção e acumulação de poder, como aponta Rauber (2001), dependem da articulação de atores e da manutenção de práticas permanentes de trabalho coordenado. Articulados, e com um projeto que oriente a sua ação, esse conjunto de atores pode acumular poder. Nesse sentido, o sujeito sociopolítico pode, através da ação coletiva, coordenada e orientada por um projeto político, ter mais força durante a disputa pela produção de um projeto de educação para o Brasil. Rauber (2006) indica que a construção do projeto deve ter por base aquilo que os atores já construíram; crescer a partir daquilo que já foi acumulado e apropriar-se das experiências de cada um dos atores para avançar na produção do projeto.

Para Matus (1996a), o poder é uma potencialidade; para Rauber (2001), o poder do sujeito sociopolítico é construído desde as bases e pela articulação de atores em torno de um projeto. Tanto Matus (1996a) quanto Rauber (2001) consideram que o poder é potencial, sendo a força a manifestação concreta da sua ação. A aliança entre atores, conforme Matus (1996a), é uma alternativa para o aumento do poder. Articulados, os atores acumulam poder, mas esse não é garantia de vantagens na disputa com outros atores. A força é uma

manifestação concreta durante as disputas produzidas e depende dos outros atores com que o sujeito sociopolítico irá disputar e da perícia com que realiza a sua produção. De acordo com Matus (1996a), um ator social tem vantagens sobre os outros por algumas das seguintes vias: renovação do comando e da coordenação para melhorar o CDP; reforço da sua motivação e enfraquecimento dos adversários; aumento da perícia com que produz; aumento no controle de recursos; e desenvolvimento de vantagens tecnológicas.

O processo de constituição do sujeito sociopolítico a partir da articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE parece estar aumentando o poder de ação dessa unidade de atores através do aumento do VE e do VP. Atuando de forma coordenada, o sujeito sociopolítico pode melhorar o seu CDP através do compartilhamento de experiências e de conhecimentos entre os atores. Em relação às vantagens tecnológicas, os atores podem utilizar diferentes ferramentas de comunicação digital e redes sociais para organizar intervenções e reforçar a articulação já construída. Quanto à motivação dos atores, não há dúvidas de que esses atribuem um alto valor à produção de outro projeto de educação para o Brasil e tem como interesse opor-se ao PNE vigente, multiplicando, assim, a energia para disputar essa produção.

Aumentando esses cinco elementos, os atores articulados, constituintes do sujeito sociopolítico, potencializam o seu poder. Com a produção do projeto de educação, esse aumento de poder pode ser potencializado por meio da definição de ações coordenadas na disputa pela produção de outro projeto de educação desde as ações regionais das bases de cada um dos atores articulados em torno do ENE.

O atual PNE tem vigência até o final do ano de 2023. Ao longo dos próximos anos, os espaços disponibilizados pelo governo para a consolidação do PNE vigente e, posteriormente, para a construção do terceiro Plano, como a CONAE, terão início⁸³. Diferentes atores, com diversos objetivos e interesses irão participar desses espaços buscando concretizar os seus projetos para a educação brasileira. Caberá então ao sujeito sociopolítico sustentar a sua posição e disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil com força para que os objetivos que persegue sejam alcançados.

⁸³ A terceira CONAE será realizada até o final do ano de 2018 e tratará da consolidação do PNE vigente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação foi realizada com o interesse em estudar o modo pelo qual a articulação entre atores sociais pode fazer com que esses possam vir a ter mais poder na disputa pela produção de um projeto de educação para o Brasil. Dessa forma, de março de 2016 a maio de 2017, frequentei as reuniões realizadas em POA pelo grupo de pessoas representantes de diferentes atores que buscam construir um projeto de educação que se oponha ao PNE vigente.

Para realizar esse estudo, busquei o referencial do chileno Carlos Matus. As contribuições teóricas deste autor possibilitaram a compreensão das disputas e das alianças entre diferentes atores no jogo social. Os atores disputam o jogo sendo que uns obtêm êxito em suas jogadas, atingindo assim os seus objetivos enquanto outros não conseguem o mesmo. Dentre esses atores que não conseguiram os resultados esperados, encontram-se aqueles que construíram e constroem o ENE. Esses atores partiram de estratégias interativas predominantemente cooperativas produzidas no jogo social para se articularem em torno da construção de outro projeto de educação para o Brasil. Essa articulação tem como referência o consenso entre os atores e a centralidade do projeto como elementos marcantes, indicando assim a predominância do estilo Gandhi nas interações entre esses atores para se articular.

O referencial de Matus possibilitou a identificação dos atores e da estratégia predominante produzida ao formarem alianças. A partir dessas alianças os atores envolvidos no ENE se articularam. Para analisar essa articulação de atores tive de buscar um aporte teórico que atendesse a esse estudo, visto que o referencial de Matus refere-se à produção de diversos atores sociais que disputam e cooperam no jogo social. Para fazer a análise dessa articulação busquei as contribuições da argentina Isabel Rauber.

A articulação entre atores envolvidos no ENE buscou garantir e realizar uma prática permanente de trabalho coordenado. Os atores articulados em torno do ENE na CONEDEP buscaram, a partir da realização do II Encontro, desenvolver práticas permanentes de trabalho, mantendo reuniões e realizando ações em conjunto. Essa articulação pode ser reforçada por meio da organização das bases de cada um dos atores, permitindo assim que a articulação seja mantida não só em nível nacional, mas também regionalmente. Essa articulação em nível regional já foi iniciada, tendo sido lançado no RS o Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública: fortalecendo o ENE no final de 2016. Esse lançamento contemplou as bases dos

atores sociais envolvidos no ENE em conjunto com outras entidades e organizações que possuem atuação regional.

Em relação à articulação produzida entre o conjunto de atores envolvidos no ENE, tem-se que os atores partiram de situações, objetivos e problemas identificados em comum, especialmente no que diz respeito à falta de recursos bem como a não exclusividade de recursos públicos para a educação pública. Esses pontos foram os problemas centrais que motivaram os atores a se articular e construir o ENE como uma alternativa de atuação articulada na produção de um projeto de educação para o Brasil.

Os atores envolvidos no ENE ainda estão construindo o projeto de educação que se oponha ao PNE vigente, estando assim envolvidos com o processo de constituição do sujeito sociopolítico. Essa construção tem como referência o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Essa proposta foi elaborada na década de 1990 e precisa ser atualizada considerando os elementos conjunturais da política brasileira. Além do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira os eixos de trabalho do ENE servem como ponto de partida para que os atores produzam o projeto de educação. Partindo desses eixos e tomando como referência o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, é possível que os atores construam o seu projeto de ação e constituam o sujeito sociopolítico para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil. As práticas de trabalho permanente e a organização de ações articuladas regionalmente, a partir das bases de cada um dos atores, podem ser elementos impulsionadores dessa produção. A articulação entre esses atores é o caminho para que esses acumulem poder. O poder, enquanto potencialidade, pode vir a se tornar força na disputa entre atores no jogo social. Quando articulados e com o projeto de educação definido, os atores terão compartilhado planamente os seus objetivos, atuando como uma unidade de ação e constituindo, assim, o sujeito sociopolítico. A constituição do sujeito sociopolítico atribui um caráter estratégico à ação dos atores em torno de um projeto político, permitindo assim que esses compartilhem e ampliem as lutas que vem desenvolvendo.

Tendo participado das reuniões de organização das etapas de POA e do RS, bem como dessas duas etapas, tanto como organizador quanto como ouvinte, e por ter participado da etapa nacional do Encontro, em conjunto com as entrevistas e partir da minha experiência e das abordagens teóricas aqui adotadas, cheguei à resposta ao problema de pesquisa de que a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE está constituindo o sujeito sociopolítico. Os atores se articulam com outras entidades e organizações no Encontro em busca da construção de um projeto de educação para o Brasil que tenha como consigna os elementos classista e democrático. A partir dessa articulação e com a definição do projeto, os

atores e as entidades articuladas em torno do ENE constituirão um sujeito sociopolítico, aumentando o poder de ação através dessa constituição e podendo, assim, aumentar a sua capacidade de produção na disputa com outros atores no jogo social da educação.

Além da construção nacional, o processo de constituição do sujeito sociopolítico também é realizado a partir do trabalho das bases locais e regionais dos atores ao interagirem com outras entidades e organizações. A etapa nacional do Encontro realizada em junho de 2016 foi precedida de etapas municipais e regionais realizadas em todo o Brasil nos estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Goiás, Santa Catarina, RS e outros. A partir da experiência que tive ao frequentar o grupo que construiu no RS as etapas que antecederam o Encontro Nacional, identifiquei certas organizações, como a Oposição CPERS e o MLS e entidades, como o ALICERCE, que foram fundamentais na construção do Encontro regionalmente, tendo essas entidades e organizações trabalhado permanentemente para que o ENE de POA e do RS pudesse ser realizado. Esses grupos possuem história e memória próprias, tendo também experiência nas lutas em defesa da educação pública, podendo assim contribuir no processo de constituição do sujeito sociopolítico. Essas entidades e organizações atuam regionalmente, mobilizando pessoas e construindo diferentes ações de enfrentamento e de construção de alternativas a partir das suas bases.

A incidência de ação do sujeito sociopolítico que o ENE está constituindo se dá em nível nacional, mas a sua constituição bem como o aumento da capacidade de produção do sujeito podem se dar também por meio da articulação dos atores em conjunto com essas entidades e organizações com incidência regionalizada e que não foram consideradas nesse trabalho como atores sociais.

Realizei esta pesquisa com o interesse inicial de analisar as interações entre atores na produção do PNE. Essas interações ocorrem no jogo social que é jogado por uma grande quantidade de atores sociais, que cooperam e disputam, conforme realizam as suas produções. Estudando a produção tanto do primeiro quanto do segundo PNE percebi que certos atores não conseguiram atuar de forma efetiva na produção dos Planos. Esses atores buscaram alternativas para aumentar o seu poder e terem mais força na disputa do jogo social. Com a identificação dessa busca pelo aumento de poder dos atores que pretendem construir um projeto de educação, passei a estudar o ENE e a articulação entre atores em torno do Encontro, partindo assim do jogo social para chegar à articulação desse conjunto de atores.

Nessa pesquisa, analisei o conjunto específico de atores que disputam o jogo social da educação e que se articulam no ENE, possuindo assim objetivos em comum para a educação brasileira. Devido a esse conjunto analisado, acabei por não identificar e descrever uma série

de atores que interagem de outras formas com os atores aqui identificados e que possuem diferentes objetivos de produção. O referencial teórico de Matus (2005; 1997; 1996a; 1996b; 1993) possibilita a análise dessas diversas interações produzidas entre os atores ao disputarem o jogo social. Porém, por ter delimitado o conjunto de análise aos atores envolvidos no ENE, busquei um referencial teórico que tratasse da articulação entre atores sociais. Para fazer a análise dessa articulação, busquei em Rauber (2008; 2006; 2003; 2001) as contribuições teóricas pertinentes ao caso estudado. Dessa forma, por ter trabalhado com dois referenciais teóricos que possuem proximidades, mas que se distanciam em alguns momentos, realizei uma síntese teórica dos principais conceitos trabalhados por cada um dos autores e que pudessem contribuir com a investigação aqui realizada. Essa síntese possibilitou a operacionalização dos conceitos tendo em vista o problema de pesquisa aqui abordado.

No momento da coleta de dados, me deparei com algumas dificuldades em relação à identificação das pessoas a serem entrevistadas, uma vez que precisei coletar informações de indivíduos que pudessem falar sobre o envolvimento do ator social na construção do Encontro. Buscando mitigar essas imprecisões, entrei em contato por meio das páginas institucionais e do *facebook* de cada um dos atores identificados para que me encaminhassem o contato de pessoas que pudessem responder aos questionamentos desta pesquisa.

As limitações desse trabalho lançam novos desafios de investigação, tais como o estudo da produção social em torno do PNE, envolvendo assim diferentes atores sociais com diversos objetivos de produção e situações, bem como a análise aprofundada do projeto de educação que os atores articulados em torno do ENE estão construindo.

Aproveito ainda para manifestar minha vontade de que essa pesquisa possa contribuir para que os atores articulados em torno do ENE possam produzir o seu projeto, aumentar o seu poder e que consigam disputar o jogo social com mais força a partir da ação articulada desses. Acredito que com a realização de práticas permanentes de trabalho coordenado, em que os atores que compõem a CONEDEP participem e atuem conjuntamente, e com a articulação transversal, desde as bases dos atores, a produção do projeto se tornará possível. Matus (1996a) coloca que o tempo é o recurso mais escasso por ser compartilhado com todos os outros atores sociais. Porém, seu manejo adequado pode conferir vantagens sobre um adversário na disputa pela produção de um projeto de educação para o país. Cabe, então, aos atores articulados em torno do ENE utilizarem o tempo que têm para produzir o seu projeto e disputarem o jogo social com força suficiente para que consigam produzir o projeto que almejam. Atuando como uma unidade, integrante de um sujeito sociopolítico, acredito que esses atores terão essa força.

Referências

- ANDES-SN. **Docentes participam do Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública.** 2016. Disponível em <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8305>> Acesso em 21 jul. 2017.
- _____. **Entidades divulgam arte do II Encontro Nacional de Educação.** 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7782>> Acesso em 30 mar. 2016.
- _____. **Etapas regionais marcam a preparação para o Encontro Nacional de Educação.** 2014a. Disponível em: < <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6909>> Acesso em 31 mar. 2016.
- _____. **Entidades avançam na preparação do Encontro Nacional de Educação.** 2014b. Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6720>> Acesso em 31 mar. 2016.
- _____. Por que a construção de um Encontro Nacional de Educação?. **InformANDES.** Brasília, abril. 2014c.
- _____. **Divulgado Manifesto do Encontro Nacional de Educação (ENE).** 2014d. Disponível em: < <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6986>> Acesso em 31 mar. 2016.
- _____. **Últimos dias de inscrição para o Encontro Nacional de Educação.** 2014e. Disponível em: < <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6920>> Acesso em 31 mar. 2016
- _____. **Comitê Executivo da Campanha dos 10% do PIB se reúne na segunda (9) em SP.** 2013. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6492>> Acesso em 18 abr. 2016.
- _____. **Entidades lançam Comitê em defesa de 10% do PIB para a educação pública no Pará.** 2011a. Disponível em: < <http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=4941>> Acesso em 31 mar. 2016.
- _____. **História.** 201[?]a. Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>> Acesso em 19 jul. 2017.
- ANEL. **História.** 200[?]a. Disponível em <<http://anelonline.com/historia>> Acesso em 02 jun. 2017.
- _____. **Concepção.** 200[?]b. Disponível em <<http://anelonline.com/concepcao>> Acesso em 02 jun. 2017.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>
Acesso em 12 abr. 2016.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em 06 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Educação** / Ministério da Educação e do Desporto. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul.-set. 2010.

CFESS. **Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior.** 2011. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Plano-de-Lutas-atualizado-maio-2011.pdf>> Acesso em 19 jul. 2017.

_____. **O CFESS.** 200[?]. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>> Acesso em 19 jul. 2017.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ!. **Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a educação pública já!** 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/repositorio/1605.pdf>> Acesso em 18 abr. 2016.

_____. **Manifesto Nacional "Por que aplicar 10% do PIB na educação pública?.** 2011. Disponível em: <<http://dezporcentoja.blogspot.com.br/2011/09/manifesto-nacional-por-que-aplicar-10.html>> Acesso em 31 mar. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação:** o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 20 de set de 2016.

_____. 2014. **O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação.** Documento-Referência. Brasília, DF: MEC, 2014 Disponível em <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2016.

CONSTRUÇÃO. **Histórico.** 200[?]. Disponível em <<http://coletivonacionalconstrucao.blogspot.com.br/p/historico.html>><<http://coletivonacionalconstrucao.blogspot.com.br/p/historico.html>> Acesso em 19 jul. 2017.

Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Escola Pública e Gratuita (CONEDEP). **REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA.** 2016. <Disponível em <https://ene2016blog.files.wordpress.com/2016/02/circ234-16-relatc3b3rio-reunic3a3o.pdf>> Acesso em 21 jul. 2017.

CSP – CONLUTAS. **História.** 2011. Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>> Acesso em 19 jul. 2017.

_____. **Estaduais/Regionais.** 200[?]. Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estaduais-regionais/>> Acesso em 19 jul. 2017.

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paulo Arcoverde; COSTA, Greiner. **Gestão Estratégica Pública.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista; BERALDO, Antonio Fernando. Vetar é preciso; educar não é preciso: os vetos presidenciais ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE,** [S.l.], v. 19, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/25366>>. Acesso em: 22 set. 2017.

Encontro Nacional de Educação (ENE). **Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública e Gratuita divulga nota.** 2017a. Disponível em <<https://ene2016blog.wordpress.com/2017/02/23/coordenacao-nacional-em-defesa-da-educacao-publica-e-gratuita-divulga-nota/>> Acesso em 21 jul. 2017.

_____. **Reunião da CONEDEP – 28/06/2017.** 2017b. Disponível em <<https://ene2016blog.wordpress.com/2017/07/10/reuniao-da-conedep-28062017/>> Acesso em 21 jul. 2017.

_____. **II ENE encerra com leitura de Declaração Política.** 2016a. Disponível em: <<https://ene2016.org/2016/06/18/ii-ene-encerra-com-leitura-de-declaracao-politica/#more-339>>. Acesso em: 19 de jan. 2017.

_____. **RELATÓRIO FINAL DO II ENE.** 2016b. Disponível em <<https://ene2016blog.files.wordpress.com/2016/07/relatoc81rio-ii-ene.pdf>> Acesso em 03 ago. 2017.

_____. **Anais do I ENE.** 2014. Disponível em <<https://ene2014.files.wordpress.com/2014/12/anais-ene-final.pdf>> Acesso em 03 ago. 2017.

FASUBRA. **FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – FASUBRA.** 2007. Disponível em <<http://www.fasubra.org.br/documentos/fasubra.pdf>> Acesso em 19 jul. 2017.

FENET. **Propostas do ENET 2014.** 2014. Disponível em <<http://fenetbrasil.blogspot.com.br/p/texto-aprovado-no-ultimo-enet.html>> Acesso em 19 jul. 2017.

_____. Filie seu Grêmio. 200[?]. Disponível em <<http://fenetbrasil.blogspot.com.br/p/filie-seu-gremio.html>> Acesso em 19 jul. 2017.

FINEDUCA. **Início**. 2015. Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/>> Acesso em 01 ago. 2016.

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do Poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GÓMEZ, Gregorio Rodríguez; FLORES, Javier Gil; JIMÉNEZ, Eduardo García. **Metodología de la Investigación Cualitativa**. Archidona: Aljibe, 1996.

HUERTAS, Franco. **O método PES: entrevista com Matus**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

II CONED. **Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte, 1997.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Percentual do Investimento Total em Relação ao PIB por Nível de Ensino**. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm>. Acesso em 20 set. 2016.

JÚNIOR, Mário. **II ENE avança na construção de novo projeto educacional para o país**. 2016. Disponível em <http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=1631:2016-06-27-14-21-57&catid=1:latest-news&Itemid=75> Acesso em 19 jul. 2017.

LEHER, Roberto. Crise universitária, crise do capital. **Margem Esquerda ensaios marxistas**. n. 25, p. 27-35, out. 2015.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2014: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, n. 55, p. 32-43, fev. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATUS, Carlos. **Teoria do Jogo Social**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

_____. **Política, Planejamento e Governo**. Vol. I 3. ed. Brasília: IPEA, 1997.

_____. **Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas**. São Paulo: FUNDAP, 1996a.

_____. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. São Paulo: FUNDAP, 1996b.

_____. **Política, Planejamento e Governo**. Vol. II 1. ed. Brasília: IPEA, 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes crédito**

educativo. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/credito-educativo/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

MERRIAM, Sharam. B. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

Ministério da Educação (MEC). Portaria Normativa nº 10 de 3 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_coneb.pdf> Acesso em: 19 set. 2016.

MISOCZKY, Maria Ceci. **A produção social de políticas públicas: os casos da política nacional de combate ao *Aedes aegypti* e agravos associados, da política nacional de educação e da política de reciclagem de lixo de Porto Alegre**. 2016.

_____. **O campo da atenção à saúde após a constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social**. 2002.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes. Administração e participação: reflexões para educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 369-373, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v.25, n. 2, p. 197-209, mai/ago 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19491/11317>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 42, de 2000 (nº 4.155/98 na Câmara dos Deputados), que "Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências"**. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2001/Mv0009-01.htm> Acesso em 15 ago. 2017.

RAUBER, Isabel. *Luchas sociales y organizaciones políticas*. 2008. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/4856.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Sujetos Políticos – Rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos*. 5. ed. Santo Domingo: FyS Gráfica, 2006.

_____. *Movimientos sociales y representación política*. 2003. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/4518.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2017

_____. *Actores sociales, luchas reivindicativas y política popular*. 2001. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/4856.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2017.

RUA. **Jornal_Assistência Estudantil**. Disponível em <https://media.wix.com/ugd/4eb36a_4add2f2065364e80bb24d76c819a1c06.pdf> Acesso em 19 jul. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SEITZ, Sally. *Pixilated partnerships, overcoming obstacles in qualitative interview via Skype: a research note*. **Qualitative Research**, first published March 2015.

SERAFIM, Milena Pavan. O processo de mercantilização das Instituições de Educação Superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011.

SINASEFE. **História**. 200[?]. Disponível em <http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=28> Acesso em 19 jul. 2017.

STAKE, Robert E. *Qualitative case studies*. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, 2005. p.443-466.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, set. 2002.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa orientada pela professora Dra. Sueli Goulart, cujo objetivo consiste em analisar como as interações entre os atores sociais envolvidos no ENE contribuem para o processo de constituição de um sujeito sociopolítico para disputar a construção de um projeto de educação para o Brasil.

Sua participação nesta pesquisa envolve uma entrevista, por mim conduzida, que será gravada se assim você permitir, e que terá a duração aproximada de uma hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem liberdade de fazê-lo. Caso não seja possível a realização de entrevista, as questões poderão ser encaminhadas por e-mail junto com o presente termo.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas por mim (gabrielbcunha91@gmail.com) ou por minha orientadora (sueli.goulart@ufrgs.br).

Atenciosamente,

 Nome e assinatura do estudante

 Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Nome e assinatura do participante

 Local e data

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Gabriel Borges da Cunha

Caro(a) entrevistado(a):

As questões abaixo fazem parte da etapa de coleta de dados dos meus estudos de Mestrado sobre o Encontro Nacional de Educação construído, desde o último ENE, pela Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita na perspectiva de investigar sua organização, seu fortalecimento e sua atuação na luta por um projeto de educação para o País.

Com a finalidade de manutenção do sigilo, informo que seu nome não será divulgado em momento algum desta pesquisa.

Entidade/Organização:

Nome do(a) respondente:

- 1 – Desde quando sua entidade/organização está envolvida com a construção de um projeto de educação para o Brasil?
- 2 – Como e quando a sua entidade/organização passou a integrar o ENE?
- 3 – O que levou a sua entidade/organização a se envolver com a construção do ENE?
- 4 – Quais são os objetivos da sua entidade/organização ao fazer parte do ENE?
- 5 – Quais são as proposições da sua entidade/organização para a educação brasileira?
- 6 – Que problemas a sua entidade/organização identifica na educação brasileira?
- 7 – O que a sua entidade/organização considera importante para disputar a produção da política nacional de educação no Brasil?

8 – Existe alguém ou algum um grupo especificamente dedicado ao ENE junto à sua entidade/organização?

9 – Que posição a sua entidade/organização ocupa junto ao ENE?

10 – Existem entidades/organizações que predominam nas definições oriundas do ENE? Caso sim, qual(is)?

11 – Como se dão as interações entre as entidades/organizações envolvidas no ENE? Com que frequência essas interações ocorrem?

12 – Com quais entidades/organizações envolvidas no ENE a sua se aproxima mais? Por quê? E se distancia? Por quê?

13 – A sua entidade/organização percebe alguma barreira na articulação/interação com alguma outra entidade/organização envolvida no ENE? Caso sim, por quê?

14 – A sua entidade/organização percebe algum avanço na produção da política educação após a construção do ENE? Caso sim, qual(is)?

15 – Na construção do ENE ocorre a promoção da participação de todas as entidades e organizações envolvidas? Caso não, por quê? Caso sim, de que forma é realizado?

16 – As entidades e organizações que estão envolvidas no ENE respeitam as diferenças umas das outras? Caso sim, como você percebe isso?

17 – As interações no entre as entidades e organizações envolvidas no ENE apresentam algum tipo de hierarquia?

18 – As interações entre as entidades e organizações envolvidas no ENE contribuem para construir um projeto político alternativo de educação? Caso sim, que características devem ser destacadas na construção desse projeto? Esse projeto é capaz de ampliar as lutas já desenvolvidas?